

**UFRRJ  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DISSERTAÇÃO**

**USO DE MÁSCARAS:  
ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS MANIFESTAÇÕES NO RIO DE  
JANEIRO PÓS-JUNHO DE 2013**

**RAPHAEL FERREIRA DE ÁVILA**

**2017**



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**USO DE MÁSCARAS:  
ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS MANIFESTAÇÕES NO RIO DE  
JANEIRO PÓS-JUNHO DE 2013**

**RAPHAEL FERREIRA DE ÁVILA**

*Sob orientação da professora:*  
**Luciene Alves Miguez Naiff**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia** no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia

Seropédica, RJ.  
Julho de 2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A958u Ávila, Raphael Ferreira de, 1988-  
Uso de Máscaras: Aspectos Psicossociais das  
Manifestações no Rio de Janeiro Pós-Junho de 2013 /  
Raphael Ferreira de Ávila. - 2017.  
71 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

1. Máscaras. 2. Protestos. 3. Psicologia Social.  
I. Naiff, Luciene Alves Miguez, 1969-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós  
Graduação em Psicologia III. Título.

Raphael Ferreira de Ávila

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19/07/2017

**USO DE MÁSCARAS:**

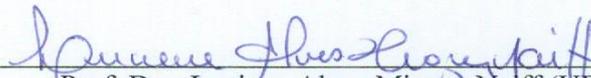
**Aspectos Psicossociais das Manifestações no Rio de Janeiro pós-junho de 2013**

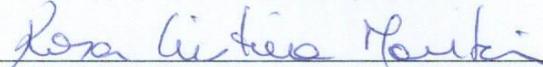
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGSI) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

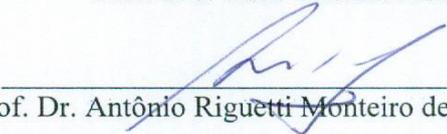
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Coletivos

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff (UFRRJ)

  
Prof. Dra. Rosa Cristina Monteiro (UFRRJ)

  
Prof. Dr. Antônio Rigueti Monteiro de Souza (UNIGRANRIO)

É enorme a dificuldade em construir um texto que dê conta de expressar os necessários agradecimentos que, não por dívida (não se trata de um sentimento de obrigação à retribuição), mas por afeto, merecem aqueles que comigo compartilharam os momentos importantes e decisivos na trajetória que culmina com o presente trabalho. Reconheço, ainda, que há muito mais do que escolher alguns entre tantos nomes de pessoas especiais para aqui citar, que de certa forma compõem encontros - com ensinamentos, palavras, ou as vezes apenas presença. Assim, resolvi assumir o risco de agradecer exclusivamente a você, leitor ou leitora.

Agradeço por dedicar agora ao meu trabalho, sua leitura e seu tempo.

Agradeço ainda à CAPES, pelo financiamento de 15 dos 24 meses desta pesquisa.

*Oculto pela máscara, o indivíduo dilui-se na coletividade, na sua memória e nos seus sonhos para, dali, extrair novos argumentos e razões. Converte-se em deus, no seu próprio antepassado, em animal mítico, em herói ou em fantasia, para regressar a si mesmo, negado e marcado, escondido pelo duplo papel que lhe revela a cena de sua cultura. A máscara permite ao homem representar a sua condição de ser e não ser. Permite que ele recorde a temível verdade do simulacro, o recurso da ficção que deve esconder para revelar. Permite o inquietante paradoxo da comédia humana, de toda a cultura que expressa o que diz e o que silencia.*

Ticio Escobar, no catálogo da mostra “Máscaras da América Latina” (2002).

## RESUMO

ÁVILA, Raphael Ferreira. **Uso de Máscaras: Aspectos Psicossociais das Manifestações no Rio de Janeiro pós-junho de 2013**. 2017. 71 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

O presente trabalho investiga os aspectos psicossociais do uso de máscara em manifestações e protestos no Brasil contemporâneo, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, implicando tais ações no contexto das lutas das chamadas Jornadas de Junho de 2013, analisando aqui tais acontecimentos entendendo-os como organizados na forma da multidão, e pautados pela emergência do direito à cidade como forma de construir uma concepção destes acontecimentos. Buscamos pensar as possibilidades metodológicas de uma pesquisa em psicologia social a partir da triangulação de dados, em virtude de seu potencial de ampliação de profundidade: a Teoria das Representações Sociais através da abordagem estrutural e a proposta metodológica da Análise de Conteúdo, associadas através de suas perspectivas possíveis em pesquisa. Os resultados apontam o provável núcleo central das representações sociais com os elementos como “anonimato”, “black-bloc”, “esconder”, “proteção” e “vandalismo”. A análise de conteúdo indica respostas nos termos das categorias “experiência”, “justificativa” e “construção de identidade coletiva” para aqueles que declaram já haver usado máscara em protestos, e as categorias “anonimato” “proteção”, “julgamento”, “construção de identidade coletiva” e “fantasia” para aqueles que declaram nunca ter feito tal uso. A triangulação dos dados nos permite destacar a representação do “anonimato” em coro com as narrativas de busca por uma construção de identidade coletiva como potente agenciamento coletivo, tomando o uso de máscaras como distanciamento do indivíduo em favor da identidade de grupo. Concluímos em debate com a teoria, que os atuais protestos e manifestações no Brasil apresentam multiplicidades de afetos em torno do comum, colocando na cena brasileira esta nova forma autônoma de fazer política: dos espaços que criam aos instrumentos e às linguagens que utilizam, até as relações entre quem está atuando, de forma que ocultar o rosto pode ser menos uma proteção da individualidade e mais um ato de construção do pertencimento, da partilha de outro signo, mais social.

**Palavras-Chave:** Máscaras, Protestos, Psicologia Social.

## ABSTRACT

ÁVILA, Raphael Ferreira. **Use of Masks: Psychosocial Aspects of Manifestations in Rio de Janeiro post-June 2013**. 2017. 71 p. Dissertation (Mester in Psychology). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

The present work investigates the psychosocial aspects of the use of mask in demonstrations and protests in the city of Rio de Janeiro, Brazil, implying such actions in the context of the struggles of “Jornadas de Junho de 2013”. We analyze here these events, as organized in the form of the the multitude, and guided by the emergence of the right to the city as a way of constructing a conception of these events. It sought to think about the methodological possibilities of a research in social psychology from the triangulation of datas, on its potential of depth extension: the structural approach of Social Representations, and the methodological proposal of Content Analysis, associated through its possible perspectives in research. The results point out as probable central nucleus of social representations the elements "anonymity", "black bloc", "hide", "protection" and "vandalism". Content analysis indicates responses under the categories of "experience", "justification" and "collective identity construction" for those who claim to have used masks in protests, and the categories "anonymity", "protection", "judgment" “collective identity construction” and "fantasy" for those who declare that they have never made such a use. The triangulation of datas allows to highlight the representation of "anonymity" in chorus with the narratives of search of a construction of collective identity as powerful collective agency, taking the use of masks as detachment of the individual in favor of the identity of the group. We conclude in debate with the theory that the current protests and manifestations in Brazil present multiple affections around the common, placing in the brazilian scene this new autonomous way to make politics: from the spaces they create to the instruments and languages they use, until the relations between those who are acting, so that hiding the face may be less a protection of individuality and more an act of building belonging, sharing another signe, more social.

**Keywords:** Masks, Protests, Social Psychology.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. QUAL É A SUA MÁSCARA?</b> .....	12
2.1 O Direito à Cidade .....	13
2.2 Estado de Violência e Violência de Estado .....	16
2.3 A Multidão.....	21
2.4 As Máscaras .....	24
<b>3. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	27
3.1 Representações Sociais .....	27
3.2 Abordagem Estrutural das Representações Sociais .....	33
<b>4. MÉTODO</b> .....	37
4.1 Objetivos.....	37
4.2 Os Sujeitos Pesquisados.....	38
4.3 Procedimentos de Produção dos Dados .....	39
4.4 Métodos de Análise .....	39
<b>5. PISTAS DE UM ROSTO MASCARADO</b> .....	49
5.1 Dados Sociodemográficos .....	49
5.2 Dados das Representações Sociais .....	50
5.3 Discussão .....	57
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	68



## 1. INTRODUÇÃO

Nos grandes centros urbanos contemporâneos, as ruas e praças são hoje ainda dos poucos espaços que resistem a uma total captura pela lógica hegemônica de mercado. Ainda que uma ordem desenvolvimentista do capital aponte cada vez mais para o fim de espaços comuns e públicos (através da elitização dos espaços urbanos, redução das formas de circulação na cidade, etc.), já que tais seguem incontroláveis enquanto não se tornarem também produtos, as ruas e praças tendem a se sustentar como espaço de lutas e resistências.

Nas ruas e praças das cidades, o sujeito pressionado à individualidade, à pressa e ao tráfego constante, foge à mecanicidade destas imposições quando se encontra com outros, seja para protestar em manifestações de revolta e indignação ou se divertir em festas populares como no carnaval, e quando ocupa os espaços, os reinveste de novos usos. Assim bloqueia, mesmo que momentaneamente, o fluxo automatizado dos pequenos espaços de propriedade privada que tanto clamam por seu direito de ir e vir, e poluir, e não pensar em como outra cidade seria possível.

Em um instante, suspenderam-se construções políticas de lutas locais, micropolíticas cotidianas e ações de grupelhos sobre seus guetos em busca de pequenas (mas não por isso menos importantes) vitórias pontuais. Tudo pareceu perder importância diante do que acontecia nas ruas. Como uma paixão, o cotidiano pareceu inundado pela demanda irresistível que as questões nas ruas traziam consigo, e o que até então nos ocupava precisava ser tirado de foco. Eram milhares de pessoas nas ruas, protestando por tudo que 20 centavos representavam e sendo massacrados por uma repressão policial violenta, que nos colocou diante de algo urgente, intenso, impossível de ignorar. Abriu discussões como velhas feridas não cicatrizadas em nosso sistema democrático, e as expôs com toda dor e desconforto que este encontro com os resquícios dos nossos piores combates do passado ainda poderia trazer.

Ninguém esperava ou o planejava, assim como ninguém podia prever ou coordenar o que viria adiante. As chamadas Jornadas de junho de 2013 no Brasil (doravante aqui referidas também simplesmente por “junho”), série de manifestações de grande mobilização social em muitas cidades, iniciadas pela luta contra o aumento nas tarifas de passagem e desencadeadas em ampla escala a partir da repressão violenta das agências públicas de segurança, apresentaram novas questões a movimentos sociais que insistem em lutar e resistir contra uma cidade imposta pelas lógicas de mercado, buscando construir esse espaço e geri-lo com o que suas novas necessidades implicam, denunciando o mal-estar contemporâneo e colocando em xeque os mecanismos de poder instituídos (mídias, polícias, justiça, Estado). Guiadas por um senso de apartidarismo e ausência de lideranças, confundiu os tradicionais veículos de formação de opinião, implicando ainda novas formas de compreender estes movimentos nas ações de mídias, Estado e agências de segurança pública.

Já algum tempo agora depois daquela sequência de eventos, as ruas seguem seu cotidiano entre congestionamentos e tráfegos. Entretanto, a marca que a singela vitória momentânea sobre o aumento das passagens deixou, parece ser profunda sobre as lutas sociais, incentivando novos movimentos como as greves de garis em meio ao carnaval carioca de 2015, as greves de professores das redes públicas, a ocupação de diversos espaços públicos como as escolas em São Paulo em 2015 contra a reorganização escolar e em 2016 no Rio de Janeiro contra a precarização. Houve ainda outros, como as manifestações contra e pró governo durante o processo de pedido de impeachment da hoje ex-presidente da república Dilma Rousseff: quanto a estes, não nos debruçaremos aqui, pois nos parecem fugir da proposta de compreensão deste trabalho na medida em que se

pautam e são organizados em função de outros métodos de mobilização política, do qual ainda falaremos. Os eventos que aqui buscamos nos debruçar apresentam um intenso uso das redes sociais, grande capacidade de mobilização e também a ausência de figuras tradicionais, como partidos e sindicatos, além da formação de grupos horizontais, ou seja, sem liderança definida.

Referenciados no presente, e com permanência circunstancial, assemelham-se aos *flash mobs*, eventos combinados rapidamente pelas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactando no coletivo e se dissolvendo, sem visar continuidade, mas questionando o momento agora (em São Paulo, destaque para as ações *No Pants* nos metrô da cidade com pessoas tirando as calças e permanecendo só com “roupas de baixo”).

O desejo de construção do comum, que pode ser entendido como pauta ampla das manifestações e protestos ocorridos ao longo de junho, com uma produção cooperativa de singularidades pessoais ou de grupo, que se mantém tais, fizeram circular subjetividades e as (re) configuram incessantemente, de forma que o momento da socialização – que desencadeia novas invenções do que é produzido socialmente – é mais importante que sua produção. O processo acaba sendo mais importante que seus produtos, e ocorre simultaneamente à realização, mobilizando e abarcando todo o tempo de vida em redes – sociais, de troca, compartilhamento, relações e afetos, construção colaborativa de informação, etc. E assim, como nos assinala Michal Hardt (2014), são movimentos da multidão.

A interpretação da violência, e principalmente de sua legitimidade ou ilegitimidade, parece ter uma ligação direta com a crise de confiança na representação, cerne da democracia indireta brasileira. Não podemos esquecer que a brutal repressão policial foi um marco, permitindo que os protestos ganhassem a colossal dimensão que obtiveram ao final deste processo, sobretudo na manifestação promovida pelo MPL no dia 13 de junho em São Paulo. Até então, a grande mídia estava ignorando a repressão policial, mas centenas de cidadão registravam em tempo real com seus celulares o uso abusivo do gás lacrimogêneo e balas de borracha, cassetetes, covardias contra manifestantes desarmados e rendidos e etc., e assim, a indignação foi aumentando. O dia 13 foi o ponto da virada: o rumo da onda de protestos que começou com o primeiro ato do MPL em 06 de junho havia mudado. As interpretações sobre os fatos daqueles dias de junho dificilmente constituirão um consenso, uma vez que seu significado é ainda mais uma de suas várias disputas abertas.

Buscamos com a presente pesquisa investigar aspectos psicossociais do uso de máscaras das manifestações sociais, junto a manifestantes e militantes pertencentes a grupos associados a essas ações na cidade do Rio de Janeiro. Visamos identificar, assim, as representações sociais construídas por esses grupos acerca do termo indutor “uso de máscaras em manifestações sociais” e investigar sua importância como leitura, interpretação e construção deste fenômeno social. Construiremos, de forma comparativa, uma análise das diferentes representações sociais, seus impactos nas discussões dos grupos associados a tais ações, reconhecendo elementos compartilhados da experiência dos sujeitos entrevistados.

Analisaremos na primeira parte as lutas de e pós-junho de 2013, as entendendo como organizadas (ou não organizadas) na forma da multidão discutida por Michael Hardt e Antonio Negri (2005), e pautadas pela emergência do direito à cidade, originalmente apresentado por Henry Lefebvre (2011) e debatido por David Harvey (2012), entre outros autores, como forma de construir uma concepção destes acontecimentos, nos aliando a algumas interpretações sobre esses eventos, nos

distanciando de outras, e buscando contribuir com sua compreensão através da construção desta pesquisa.

Em seguida, a segunda parte trata da apresentação da Teoria das Representações Sociais (a partir daqui abreviada TRS) proposta por Serge Moscovici e desenvolvida nas últimas décadas através da abordagem estrutural por autores como Denise Jodelet e Jean-Claude Abric.

A terceira parte traz a apresentação de nossa abordagem metodológica, associando a proposta de Laurence Bardin da técnica Análise de Conteúdo (doravante abreviada AC). Buscamos ainda pensar as possibilidades metodológicas de uma pesquisa em representações sociais, triangulando dados da evocação livre que nos fornece cognemas com o conteúdo expresso no discurso, apostando em seu potencial de ampliação de profundidade tanto quanto de lançar questões sobre a avaliação da qualidade em pesquisa, apresentadas de forma fundamentada, e associadas através de suas perspectivas possíveis de triangulação em pesquisa.

A quarta parte apresenta os dados e sua análise, em discussão com as teorias discutidas, finalizando com a quinta parte, propondo as considerações finais dessa pesquisa.

## 2. QUAL É A SUA MÁSCARA?

*“Quem” é só uma forma que deve ter um porquê. E o que eu sou é um homem de máscara (...)  
Não questionei seus poderes de observação, apenas enfatizei o paradoxo de perguntar a um  
mascarado quem ele é.  
V, no filme V de Vingança, 2006.*

Ainda sob os ecos das manifestações de 2013, foram sendo desenhados entre rótulos criados e interpretação de suas práticas, muitos esforços de compreensão. Das feições do rosto manifestantes, supostas ideias e coletivos que orientariam os mais radicais, há ainda muito mais questões que respostas. Procuremos aqui compreender estas manifestações, seus antecedentes e implicações futuras, e mais sobre esses esforços que se focaram em interpretação e reconhecimento de grupos (associados a tática *black bloc* e muitas vezes identificados por ela) e práticas que ganharam grande desdobramento nos campos midiáticos, políticos e jurídicos, como o uso de máscaras e as ações de vandalismo (práticas estas que nos parece fundamental na compreensão das estratégias de repressão), entre outros elementos.

Junho muniu de outra forma os movimentos da cidade, alargando pautas e acrescentando vertiginosamente milhares de pessoas às ações e manifestações. Naqueles dias, evidentemente um modelo de representação política extravasou (LIFSCHITZ, 2013). Ocorreram e ocorrem pelo Brasil, partindo de convites em redes sociais que ajudam na aglutinação das pessoas, causas e performances, e dessa forma, se constroem por vários vetores sociais, ainda causando dificuldades de se delimitar implicações e responsabilidades. Nestas manifestações - onde por dentro travava-se ainda outra luta: a de grupos tentando impor pautas – ampliou-se o movimento das passeatas e, com isso, diversas micropolíticas<sup>1</sup> se desenvolveram. A pluralidade de tendências e percepções revelaram os apelos ao singular, tornando as ruas da cidade não só palco e território das lutas, mas também aquilo pelo que se luta. Com movimentos sem lideranças claras e perceptíveis (por que não são as lideranças habituais, levados por velhos atores políticos) apresentam-se em pluralidade de tendências e percepções, e onde um dos poucos pontos comuns talvez fosse a união através da crítica e do descrédito aos governos e suas formas:

Uma multidão sem partidos e sem uma identidade social explicitada, deslocando-se em direção a lugares legitimados do poder para expressar suas reivindicações. Não se tratava de legitimar o movimento garantindo seu reconhecimento político. Ele existia em si e se auto validava como tal (LIFSCHITZ, 2013, p.701).

Marchando juntos, preservavam individualidades ainda que em meio às fileiras fechadas das marchas, manifestas claramente no uso dos cartazes. A longa faixa de pano que encabeçava as passeatas e que levava inscrita as palavras de ordem da vez foram substituídas por cartazes carregados por cada um, com suas próprias palavras de ordem. Cada cartaz aludindo a demandas de um eu, que se diferenciava das demandas do cartaz do lado, no que Javier Alejandro Lifschitz (2013, p.709) definiu como “nova forma de conceber a ação política como um microagenciamento”. Nesse sentido também as máscaras atuaram como elemento de demarcação das diferenças.

---

<sup>1</sup> A questão micropolítica diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas com questões cotidianas, de práticas locais e de relação direta com as subjetividades. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva que dependa de um princípio lógico de contradição. Félix Guattari (1981) entende que as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares.

As reações a essa nova forma de (des) organização levaram o poder público - em especial as polícias militares - a demonstrações de que ainda existe muito a ser conquistado em termos de liberdades públicas fundamentais no país, revelando os resquícios dos anos de ditadura que permanecem impregnados como um odor antigo nas fardas desta instituição. Perante a truculência e repressão policial, o que se viu foram diversas ações de confronto. Mesmo que em sua maioria a população se dispersasse, alguns diante da violência reagiram. Entre eles, professores, médicos, desempregados, enfermeiros e estudantes. Cidadãos a partir daí qualificados como “vândalos” pelas autoridades e pelo refrão da mídia (uma relação complexa entre os conceitos de vandalismo e de terrorismo, expressa pela negação do ativismo).

Em manifestações com a grandeza das vistas em junho (mais de um milhão de pessoas na Av. Presidente Vargas, Rio de Janeiro<sup>2</sup>), várias foram as ocorrências de depredações. Instituições como bancos, agências telefônicas e multinacionais tiveram suas fachadas destruídas, em uma expressão de revolta que parece, além da ação de destruição, exprimir os diversos conflitos (muitos não declarados) em torno dos usos - e abusos - da cidade como território e como experiência coletiva. Este estado de inquietação social é o que transbordou, e por uma convergência de inércias, bloqueios e indiferenças, catalisou-se nesta verdadeira cultura da indignação (HARVEY, 2013).

Nas manifestações de junho, organizadas inicial e principalmente contra o aumento das passagens de transporte público, foi constatada uma enorme diversidade de ações diretas além da destruição e depredação de patrimônios públicos e privados. Independente das justificativas que envolvam tais ações (a principal delas toma essas ações como resposta a incitação de violência por parte da polícia), imediatamente tipificados pelos formadores da “opinião pública” como vandalismo (LIFSCHITZ, 2013), é preciso reconhecer os papéis históricos das lutas, em que se destaca também o da resistência. Resistência, como por exemplo, às mudanças que contrariam interesses coletivos: de aumentos no preço das passagens à instauração de novos regimes. Aqueles que hoje ainda ousam protestar, têm agora desafiado um dispositivo de segurança pública cada vez mais articulado e preparado (e não para lidar com o direito ao protesto, mas sim para sua repressão).

Na continuidade das lutas, se mantiveram aqueles que (com coragem) vem dispondo de táticas de luta cada vez mais ativas, horizontais e disseminadas em rede. Antecedem essas lutas um longo histórico de eventos por todo o mundo, que compartilham a afirmação do comum, do uso dos espaços e propriedades públicas, e em favor a um direito à cidade.

## **2.1 O Direito à Cidade**

A concepção de um direito à cidade nos parece importante para compreender de que manifestações sociais aqui tratamos e com o que lidam os manifestantes, o que os une e o distingue estes de tantas outras manifestações que tomaram recentemente o cenário político do Brasil. É importante reconhecer, se de forma sintética houver como reconhecer algo homogêneo nestas pautas, pelo que lutam.

Tratamos aqui das manifestações sociais organizadas em prol de lutas e demandas como as que junho retomou, com força, focadas em problemas da vida cotidiana:

---

<sup>2</sup> Dados oficiais da PMERJ relatam que em 20 de junho cerca de 300 mil pessoas estiveram na manifestação da Presidente Vargas. A COPPE-UFRJ, em recontagem conclui, entretanto, que havia um milhão e duzentas mil pessoas (1.200.000) participantes do ato.

mobilidade urbana (transporte público de qualidade, direito a passe livre para estudantes, contra aumento de tarifa, expansão de ciclovias, etc.), direito à moradia e contra as remoções de populações inteiras de áreas cobiçadas pela especulação imobiliária, uso e ocupação dos espaços públicos da cidade (ruas e praças e outros espaços como escolas, prédios abandonados, etc.), saneamento básico, emprego e salário, serviços sociais como educação e saúde e cultura, tudo em articulação no e com o território urbano. É a cidade que aparece em questão: sua gestão e seu uso, e a luta pelo direito de usufruí-la com dignidade alimentam as mais importantes demandas dos movimentos que aqui nos interessam, ainda que, em muitas delas, o rótulo “direito a cidade” não surja como um direcionamento teórico ou ideológico claro.

Os habitantes dos centros urbanos dia-a-dia refletem e idealizam a cidade que desejam, em práticas ou pensamentos, conscientemente ou não. Habitar a cidade é também ser habitado por ela, e as dinâmicas que nela se dão atravessam nossa experiência e movimentos, dos íntimos aos públicos, subjetivos e coletivos (GUATARRI, 1981). E na cidade cooptada pelas forças do mercado, resultante da combinação dos ideais do liberalismo dentro do Estado pelo qual ela se torna objeto da acumulação privada de riquezas, e da permissividade de uma política que favorece a apropriação no lugar de construção dos espaços comuns, os embates em torno da questão urbana são a resistência aos usos da cidade por seu valor de troca (uma mercadoria) em detrimento do seu valor de uso – espaço de convívio e moradia. A realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo no Brasil entre 2013 e 2014, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, são as expressões mais recentes desse uso mercadológico da cidade, amplificando os efeitos destrutivos de um capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1981) no cotidiano da população.

Do questionamento das desigualdades produzidas em âmbito urbano, bem como da reivindicação ao acesso e à distribuição dos recursos e a meios efetivos de participação no planejamento e na gestão das cidades, os segmentos relacionados à luta urbana pleiteiam condições para um exercício mais concreto da cidadania. O direito à mobilidade misturou-se fortemente ao tema dos megaeventos (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas no Brasil) contra sua lógica de limpeza social e a outras tantas pautas da questão urbana.

O conceito de direito à cidade vem sendo construído mundialmente desde a segunda metade do século XX, sendo que a teoria urbana crítica, desenvolvida inicialmente por Henri Lefebvre na década de 60, é considerada principal marco de aprofundamento sobre o tema. O direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre em 1968, chamou a atenção para o direito dos habitantes das cidades à vida urbana, transformada. Em “O Direito à Cidade” (LEFEBVRE, 2011), concebe este conceito afirmando ser um direito: “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2011, p. 139). Valoriza assim a cidade como lugar de encontro, fomentando um movimento de diminuição das desigualdades urbanas e de busca de novos usos e sentidos para a vivência nas cidades através de mudanças nos investimentos públicos e privados e facilitação das relações entre seus habitantes. Mais do que a questão da mobilidade, pressupõe espaços de negociação acessíveis a toda a população, espaços de participação em que sejam discutidos os projetos de cidade que se deseja realizar.

O direito à cidade pauta-se em cinco eixos principais que podem ser resumidos em: 1) a cidade deve ser usufruída por todos os seus habitantes de maneira coletiva; 2) nenhum habitante da cidade pode sofrer discriminações de qualquer espécie; 3) a cidade deve preservar a memória e identidade de todos os seus habitantes, mantendo sua riqueza e diversidade cultural; 4) na vida urbana os direitos econômicos, sociais, culturais e

ambientais têm igual valor, nenhum se sobrepondo a outro; e 5) todos os direitos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – devem ser garantidos em seu mínimo essencial (LEFEBVRE, 2011).

O aumento da tarifa do transporte público de 2013 foi entendido por muitos como a gota de água que transbordou o copo cheio das insatisfações com a gestão urbana. A realização dos chamados megaeventos aparece como um fator determinante que mudou o que já há anos os movimentos sociais travavam em lutas diversas e ainda dispersas, culminando nos grandes movimentos de junho. Além do contexto gerado pelos grandes investimentos e pelas transformações que provocam, os megaeventos radicalizam com intensidade os consequentes papéis das cidades no neoliberalismo. Reivindicações ligadas à qualidade dos serviços públicos como educação, saúde e ética na política entraram na agenda em uma conjuntura que colocava em contraste os gastos públicos com os megaeventos e a precariedade dos serviços públicos, garantia de direitos fundamentais.

A cidade pode ser reconhecida como tentativa do homem de construir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. A cidade como espaço que criamos é ainda onde estamos fadados a viver e, mesmo sem a percepção consciente desta tarefa, quando construímos a cidade, reconstruímos a nós mesmos (HARVEY, 2013). A cidade que queremos, assim, não pode ser dissociada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores éticos e estéticos que desejamos. O lugar de classe distribui desigualmente no espaço urbano, instituições e organizações fundamentais a vivência da cidadania, dissociando na rede urbana o acesso efetivo a bens e serviços, e favorecendo posições socioeconômicas no território. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (LAFEBVRE, 2011). É um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo, para moldar o processo de urbanização, com liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos.

A elaboração da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, discutida nos Fóruns Sociais Mundiais e reconhecida no Brasil pelo Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005, é de grande importância para a compreensão de uma cidade e de suas funções como um direito do cidadão. Tal carta, criada por movimentos sociais e da qual diversos grupos são signatários, declara: “todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condições migratórias, orientação política, religiosa ou sexual” (2005, p.2). Esse documento entende o direito à cidade como “o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos” (2005, art. 1º, II, p. 2). Compreende, portanto, o direito à cidade como interdependente de todos os outros internacionalmente reconhecidos e fortemente vinculado aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

As concepções de cidade expostas na Carta se relacionam ao aspecto físico pelo qual toda metrópole, urbe, vila ou povoado se organiza institucionalmente como unidade local de governo, e vinculada ao espaço político pelo qual o conjunto de instituições e de atores intervém em sua gestão, tais como autoridades governamentais, legislativas, judiciárias; instâncias de participação social institucionalizadas; movimentos, organizações sociais e a comunidade em geral. Apresenta ainda medidas que devem ser adotadas para a implementação e a supervisão do direito à cidade, as quais devem basear-se na máxima utilização dos recursos disponíveis e na implementação de direitos humanos previstos nas legislações nacionais e internacionais. Dessa forma, a Carta Mundial é um importante documento político que tem por objetivo disseminar o direito à

cidade como um novo direito humano, visando modificar a realidade urbana mundial através da construção de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis.

A expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana se tornou também mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. O direito à cidade vem sendo a principal pauta do conjunto dos protestos e manifestações no cotidiano, e arriscamos apostar, em consonância com outros autores (HARVEY, 2013, LIFSCHITZ, 2013, CAVA, 2013) que esta seja, mesmo que de forma implícita, a bandeira emergente nas lutas implicadas pelos eventos de junho até o presente, para que as cidades possam de fato ser compartilhadas socialmente na construção do comum.

## 2.2 Estado de Violência e Violência de Estado

Das inúmeras tentativas de “restituição da ordem” experimentadas com mais ou menos sucesso diante os movimentos de protesto a partir de junho no Brasil, passamos por constantes novos ensaios de captura, esvaziamento e repressão das mobilizações que tem enfrentado constantemente a violência e o sigilo do poder. A grande revolução constituída pelas recentes tecnologias de comunicação entre sujeitos, com o desenvolvimento e consumo em especial de celulares, internet e as redes sociais, gerou também grande potencial de mobilização da sociedade civil, criando novas formas de sociabilidade que não foram acompanhadas pelas estruturas estatais institucionalizadas. Talvez também por isso, em junho quando multidões saíram às ruas, não houve interlocutores possíveis e apenas a força da violência de estado, na forma da polícia, se fez presente. Um recuo necessário nos esforços de compreensão desta dinâmica nos leva além das reflexões acerca de junho, suas formas e pautas, para pensar a questão da implicação do Estado de forma geral em sua atuação contra as manifestações e usos da violência como estratégia estruturada de seu sistema. Essa reflexão se apresenta como uma questão: seria a repressão, buscando a ordem e segurança pública, um desdobramento ou uma característica do Estado e sua forma de governo?

Refletindo sobre o tema da governamentalidade, o filósofo francês Michel Foucault diferencia “soberania” e “governo” em diversas instâncias. Estas duas modalidades de exercício do poder, na concepção do autor, divergiriam por suas finalidades. Na soberania, que estaria ligada à ideia de “bem comum”, vemos:

[...] que há bem comum quando os súditos obedecem, e sem exceção às leis, exercem bem os encargos que lhe são atribuídos, praticam os ofícios a que são destinados, respeitam a ordem estabelecida, ao menos na medida em que esta ordem é conforme as leis que Deus impôs à natureza e aos homens. Isto quer dizer que o bem público é essencialmente a obediência à lei: seja a do soberano terreno seja a do soberano absoluto, Deus. De todo modo, o que caracteriza a finalidade da soberania é este bem comum, geral, é apenas a submissão à soberania. A finalidade da soberania é circular, isto é, remete ao próprio exercício da soberania. O bem é a obediência à lei, portanto o bem a que se propõe a soberania é que as pessoas obedeçam a ela. O governo é definido como uma maneira correta de dispor coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. (...).

Portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo (FOUCAULT, 1979, p.284).

Dentre suas problematizações, algumas pontuações merecem destaque. Primeiro, a soberania é caracterizada por uma finalidade específica: obediência à lei; enquanto que os governos possuem diversas. Segundo, o foco da soberania é, como dito, a obediência ao soberano pela lei; enquanto que no governo trata-se de uma maneira de “dispor coisas”. Sobre como isso se dispõe, Foucault explica:

[...] no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. Isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas (FOUCAULT, 1979, p.284).

Esta concepção de que os governos se utilizam de “leis como táticas”, como anunciou Foucault, nos permite refletir sobre a relação destas táticas em um sistema de pensamento mais amplo, no que o filósofo chama de Razão de Estado: “o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência” (FOUCAULT, 1979, p.286). A Razão de Estado, segundo a definição de Foucault, deve ser pensada sempre em correlação a uma delimitação espaço-tempo. O que significa dizer que as “regras racionais” próprias a nosso Estado brasileiro do século XXI divergem das encontradas em outras temporalidades e localidades. Foucault destaca que:

Talvez se possa assim, de maneira global, pouco elaborada e portanto inexata, reconstruir as grandes formas, as grandes economias de poder no Ocidente: em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponde grosso modo a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo fronteira nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1979, p.293).

A tática de governo está cada vez mais parecida, ela mesma, com a doutrina da razão do estado, na qual sua própria salvação se constituiria como único objetivo da política. O que cabe a nós então? Destacar e, em certa medida, dar resposta à pergunta feita no início deste tópico, evidenciando que há uma razão de Estado específica à nossa realidade, com uma racionalidade que torna necessário apresentar como os governos (seja de esquerda ou direita) agenciam leis como táticas para controlar a população por meio de dispositivos de segurança.

Para além desta constatação, outros questionamentos surgem: Quais são estes dispositivos de segurança? De que forma atuam? Estas questões se entrelaçam e nos permitem propor uma experimentação, buscar elaborar uma reflexão, principalmente retomando o raciocínio acerca das manifestações de junho e dos desdobramentos que estão ocorrendo até hoje, do ponto de vista das atuações repressivas por parte do Estado.

Foucault (1995) reconhece o Estado como agente político que se apresenta como espaço de exercício de um poder que tornaria possível a conciliação dos interesses que na sociedade civil seriam inconciliáveis. Evidencia, assim, contradições existentes no corpo dessa sociedade, dividida por interesses particulares, e acaba por fim se afirmando como instituição ético-política de intermédio da multiplicidade dos interesses.

Para Michel Foucault (1995) o poder é entendido como um exercício constante na forma de um conjunto de ações sobre ações possíveis, inscrevendo-se sobre o campo das possibilidades. Para ele o termo “conduta” aparece como a melhor explicação do que há de específico nas relações de poder. O exercício do poder consistiria em “conduzir condutas” e ordenar possibilidades, assim estruturando o eventual campo de ação dos outros. O Estado atua sobre condutas, em especial, sobre o dissenso, a rebeldia e o desvio, aplicando sobre elas a ordem, que quando inconciliável resulta no sistemático uso legítimo da força, que nada mais é que um uso legitimado da violência.

A violência, entretanto, não deve ser o único instrumento de afirmação do Estado sobre a sociedade (FOUCAULT, 1979). Seu uso deve ser combinado com as formas de apresentá-lo como legítimo, sendo a violência só eficaz quando envolvida por essas formas de legitimação, como a garantia de busca por ordem e segurança pública, que exigem formas organizadas de aplicá-la, servindo às vestes ideológicas que procuram apresentar o Estado como uma função necessária e incontornável da sociabilidade humana. Nesta leitura, uma vez constituída sobre as formas consensuais, nas normas morais e imperativos éticos aceitos e compartilhados, a violência se torna instrumento da segurança para conter os casos desviantes. O Estado é então a garantia que a violência será coibida, mesmo que através de mais violência.

É preciso refletir ainda como determinadas práticas de violência podem visar à afirmação identitária de seus protagonistas por meio da negação de valores e normas sociais vigentes em um movimento de inclusão/exclusão social (PORTO, 2015). Nesse caso, em atos como o *black bloc*, estão incluídas práticas que expressam referência a valores coletivos e vivências de situações de redefinição dos conteúdos de sentido que orientam ação, afirmando novos valores, particulares a determinado grupo, com a consequente negação de conteúdos socializadores avaliados universais. Essas lógicas distintas de orientação de condutas organizam modalidades de socialização novas, nas quais as referências se distanciam dos padrões vigentes, autonomizando-se. Assim, “...a violência pela violência organiza e orienta condutas” (PORTO, 2015, p.29).

No caso dos protestos e manifestações aqui estudados, não se trata de anomia, mas da coexistência e da convivência - que não implica equilíbrio e harmonia - de distintos padrões orientadores de conduta (PORTO, 2015). Ao configurar arranjos sociais que são o oposto de situações hegemônicas, lança-se mão da violência como recurso disponível. Nessa condição de recurso, a violência se insere como estratégia e sua utilização passa a ser questão de eficácia, oportunidade, afirmação de identidades socialmente negadas, explosão de raivas, frustrações, dentre tantas outras possibilidades, com implicações diretas nas formas de representação social do fenômeno (WIEVIORKA, 1997).

Falar de um fenômeno de violência como esse sem pensar que vivemos em uma sociabilidade que garante total monopólio dessa às supostas forças do estado de manutenção da paz e da ordem, é ignorar que se deslegitima não só uma ação de protesto como os atos *black blocs*, como se criminaliza muitos outros, de ação direta. Para refletir

sobre uma estratégia de violência como essa é preciso necessariamente, abrir mão de prescrições normativas e julgamentos de valor, pois o que está em questão, e o que se pretende apreender (no presente caso, através da pesquisa) não é o legal ou normativamente correto, mas o efetivamente vigente.

Está claro que se a ideia era passar essa mensagem [sobre os ideais do grupo], a mensagem não chega. Por quê? Acusa-se os veículos de comunicação de utilizar uma espiral de definições degradantes e manipular a opinião da sociedade. Impondo o estigma de vândalo ao Black Bloc, estariam impedindo que o discurso sobre a real violência do sistema fosse entendido. Seria, assim, um processo de criminalização, onde os verdadeiros vândalos ficariam na sombra, descarregando seus adjetivos sobre os manifestantes. (MANSO; NOVAES; SOLANO, 2014, p. 157).

Como resposta a junho, uma série de dispositivos legais foram sendo (re) apropriados - outros ainda criados - visando enquadrar os jovens que ocuparam as ruas E identificados com atos de violência, os categorizando como "vândalos". No âmbito federal, deputados e senadores defenderam projetos de lei com implícito intento de "disciplinar" às atuações manifestantes. Do ministério da justiça às secretarias de segurança dos estados, propostas de penas mais duras à atual legislação buscaram enquadrar delitos cometidos durante protestos. No Executivo, um conjunto de medidas para "coibir o vandalismo" e aperfeiçoar punições é proposta, enquanto no Congresso chamou-se atenção às discussões do projeto de lei da tipificação do crime de terrorismo. Esta terminou sancionada, com vetos da então presidente Dilma em março de 2016. No Estado do Rio de Janeiro, a pauta foi a limitação do direito à livre manifestação e à reunião, o principal deles criminalizando o uso de máscaras e "materiais usados para esconder o rosto". Vamos nos ater a estas duas últimas em especial aqui.

A Lei Federal n.º 13.260 de março de 2016 tipifica o crime de terrorismo no Brasil. A decisão, publicada no Diário Oficial da União, sancionada com seis vetos a artigos, mantém ressalva especial de que o texto não se aplicaria a manifestações políticas, mesmo que todo o trâmite do texto no Congresso tenha sido marcado pela preocupação de movimentos sociais (que exigiam veto total a lei) de que esta restringiria o direito ao protesto no país. A lei define terrorismo como:

Prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (Lei nº Lei 13.260 de 2016, Art. 2º, p.1).

Define ainda os atos:

Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa. [...] Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde

funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento ou atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa (Lei nº Lei 13.260 de 2016, Art. 2º, § 1º, I e § 1º, IV).

O avanço desta lei vem sendo criticado pelos movimentos sociais por apresentar riscos claros a outros direitos fundamentais, uma vez que tipifica o crime de terrorismo. Desta forma, pode inclusive enquadrar, em uma interpretação específica, participantes de atos de rua que venham por exemplo a ser acusados de depredar patrimônio público ou privado. Tais condutas, já tipificadas, previstas e puníveis na legislação penal em vigor no Brasil, não impediram que a institucionalização desta funcionasse, como uso tático das leis (FOUCAULT, 1979), para pressionar movimentos e atender demandas de segmentos conservadores. Esta lei tem potencial para agravar, de modo dramático, o quadro de restrição a direitos fundamentais e de censura à expressão ideológica e política em que o Brasil já vem incorrendo. A ofensiva do legislativo para restringir a ação dos manifestantes chancela a postura criminalizatória dos poderes em relação ao direito de protesto, optando pela via da condenação criminal de manifestantes. Os dispositivos legais se colocam ao lado das forças de segurança pública repressivas, demonstrando o modus operante de Estado em lidar com legítimas formas de expressão, própria dos sistemas democráticos.

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, outra expressão das reações do Estado contra insurgências desdobra-se na aprovação da Lei Estadual nº 6.528, de 11 de setembro de 2013, conhecida como Lei da proibição do uso de máscaras em protestos, supostamente baseando-se no texto da própria constituição, que fala em “anonimato”, uma única vez, no artigo 5º, inciso IV: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (Constituição Federal, 1988, p.2). A lei traz em seus primeiros artigos:

Art. 1º O direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento será protegido pelo Estado nos termos desta Lei.

Art. 2º É especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação.

Parágrafo único. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Art. 3º O direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento será exercido: (...)

IV - sem o uso de máscaras nem de quaisquer peças que cubram o rosto do cidadão ou dificultem sua identificação;

(Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.528, 2013, p. 1)

Entre o fenômeno social dos protestos e o uso da proteção constitucional que veda a manifestação anônima do pensamento, se constata os propósitos da iniciativa novamente dentro do campo das estratégias de governamentalidade (FOUCAULT, 1979), com a proibição funcionando no combate de ações como a da tática *black bloc* (que envolve não apenas os ataques diretos a símbolos da globalização do capitalismo, mas também a desobediência civil e a resistência as forças de dispersão policial dos protestos, que envolvem diretamente o uso de máscaras), intensas desde 2013 e objeto de muitas análises políticas.

## 2.3 A Multidão

Os protestos organizados inicial e principalmente contra o aumento das passagens de transporte público pelo Movimento Passe-Livre (MPL) na cidade de São Paulo foram o estopim para os movimentos que se alastraram pelo país em junho de 2013, tendo assim o MPL atuação decisiva na ativação/convocação dos atos de protesto nas ruas (HARVEY, 2013). O MPL foi oficialmente criado em 2005 em Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial (FSM) - mesmo Fórum que consta da criação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, não coincidentemente – e tem origem nas manifestações que ocorreram em Salvador em 2003 (conhecida por Revolta do Buzu), em Florianópolis em 2004 (Revolta da Catraca), e no ativismo do Centro de Mídia Independente (CMI). Definem-se como movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário, que tem como foco específico a mobilidade urbana, lutando contra os aumentos de passagem de transporte público pelas grandes cidades brasileiras e buscando o direito de gratuidade destes transportes, inicialmente para estudantes, e depois a toda população, entendendo que com o crescimento das metrópoles, este é fundamental para acessar outros serviços sociais de direito além da escola, como hospitais, bibliotecas e centros culturais<sup>3</sup>. Entender como esse grupo se organiza, e como se tornou referência para pensar as lutas de 2013 é também entender como compreendem a ação política (esse paralelo será discutido no tópico seguinte, acerca do direito à cidade), e como implicaram outros grupos e movimentos posteriormente.

O movimento das passeatas se ampliou. Muitos autores (HARVEY, 2013, CAVA, 2013, LIFSCHITZ, 2013) destacam que, principalmente, por conta da violência da repressão policial aos primeiros protestos do MPL. No livro *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Antônio Negri e Michael Hardt (2005) apresentam seu entendimento sobre os novos movimentos sociais contemporâneos e podem ajudar-nos no entender destes protestos de junho. Tratam da nova forma de organização (ou não organização) desses movimentos como uma forma abrangente, aberta e em constante processo de mutação. Chamam assim de “multidão” a forma que esses movimentos assumem.

Negri (2004), apesar de não definir de forma clara o conceito de “multidão”, entende que dois aspectos são fundamentais para compreender a questão: o econômico e político. Frisa que economicamente, a multidão é sempre produtiva. Com isso, é vinculada a novas formas de produção do capitalismo e aos mecanismos do trabalho imaterial. Como organização política, no contexto de suas lutas pelo comum, se organiza de formas muito próprias. A multidão, enquanto entidade produtiva e politicamente atuante, é fundamental para a produção do comum. Por meio de suas trocas, inventividade e através do uso dos novos fluxos de circulação e produção, a multidão, ao mesmo tempo que resiste, produz, assimila e reinventa este comum, e é nessa busca que as singularidades se encontram, sendo a democracia (mais profunda e radical que nossas praticas atuais que levam tal nome) o seu resultado. Uma democracia da multidão, não apenas desejável, mas tão possível quanto necessária:

Duas características da multidão: Primeiro seu aspecto econômico, na medida que não é uma identidade (como o povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem cobrir o “comum”, produzidas no processo de interação. Assim não nos baseamos apenas

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre o MPL podem ser acessadas em páginas oficiais de divulgação do movimento na internet como <http://tarifazero.org/mpl/>

no comum na nossa comunicação, cooperação e colaboração, mas o produzimos no instante do ato; segundo sua organização política democrática de organização, em redes que deslocam da autoridade para relações colaborativas (HARDT E NEGRI, 2005, p. 14).

Falar de multidão, portanto, significa dizer que em vez de dirigidos por partidos, direção centralizada ou mesmo um comitê de liderança acima das massas, os movimentos foram auto organizados, conectados horizontalmente pelo território social. Mérito da sequência de manifestações de junho foi retomar a ação direta nas ruas como instrumento possível à luta dos movimentos sociais, além de fazer aflorar questões a partir dos aumentos de passagens, eclodindo pautas não necessariamente ligadas a eles. Nas multidões de junho, até hoje tem-se dificuldade em delimitar os vetores sociais que tomaram espaço às ruas, pois é um movimento sem lideranças claras e perceptíveis, não pautados nas lideranças habituais (sindicatos, partidos políticos e organizações sociais), e por isso, de uma pluralidade de tendências e percepções.

Hardt e Negri (2005) diferenciam sua noção de multidão de outras noções usadas no entendimento das lutas de movimentos sociais no passado. A diferenciam essencialmente das noções de povo, das massas e da ideia de classe. Ao trabalharem este conceito, apontam que a multidão, diferentemente do conceito de povo, não é unitária e abrange as classes de forma mais ampla que a tradicional visão monocromática que as divide entre proletariado/operariado e burguesia. Para os autores, as “singularidades plurais da multidão contrastam, assim, com a unidade indiferenciada do povo” (HARDT e NEGRI, 2005 p. 139), compreendendo então multidão como singularidades que agem em comum, não baseadas em uma lógica identitária, mas que se encontram e atuam um terreno em comum de ação. Multidão assim não é o povo, posto que este é uno e a multidão, composta de uma multiplicidade de singularidades. Com efeito, conforme afirmam Hardt e Negri: “o povo tem sido tradicionalmente uma concepção unitária. A população, como se sabe, é caracterizada pelas mais amplas diferenças, mas o povo reduz esta diversidade a uma unidade, transformando a população numa identidade única: o ‘povo’ é uno” (2005, p. 140).

A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares (HARDT E NEGRI, 2005, p. 12).

A multidão também é diferente das massas. Essas, ao contrário do povo, não são unas. O que implica afirmar, portanto, que dentro do conceito de massas cabem distintas etnias e pessoas diferentes, ou seja, não podem ser reduzidas a uma unidade. Todavia, conforme pontuam Hardt e Negri, “a essência das massas é a indiferença” (2005, p. 12). As massas não respeitariam assim as singularidades que as compõem, e diferente da multidão, nas quais as diferenças são aceitas e combinadas entre si para tornarem-se uma potência, nas massas “todas as cores da população reduzem-se ao cinza” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 13). A essência da massa é a indiferença, a essência da multidão é a diferença. Na massa, no povo, as diferenças são submetidas a uma unidade formatada; já na multidão, o uno é submetido à produção constante da diferença.

A multidão se diferencia ainda da classe operária. Hardt e Negri (2005) compreendem que o conceito de classe proletária passou a ser usado como exclusivo, não apenas distinguindo trabalhadores dos proprietários que não precisam trabalhar para se

sustentar, como também separando a classe operária de outros que trabalham, mas não percebem salário, entre outras questões aplicadas aos trabalhadores informais. O conceito de classe operária é um conceito restrito, posto que não abrange em sua definição outros tipos de trabalhadores, como os rurais, do setor de serviços e tantos outros. A multidão, por outro lado, é um conceito aberto e que acompanha as mudanças mais recentes na economia global. De fato, a classe operária, embora de importância histórica inegável, não desempenha mais um papel hegemônico e central na economia global. Já não implica mais suas formas e práticas, como no passado, a outras atividades produtivas. Mesmo que seu contingente não tenha sofrido grandes alterações, as novas formas de produção surgidas nas últimas décadas fizeram com que este conceito ficasse, em parte, obsoleto. Hoje o trabalho imaterial (de produção de comunicação, afetos, etc.) ocupa esse espaço, que implica em outras formas de produção no cotidiano (HARDT e NEGRI, 2005).

Negri (2004) enuncia, em seu texto “Para uma definição Ontológica da Multidão”, três definições: A primeira, se refere a multidão em nome de uma imanência, entendendo-a como conjunto, multiplicidade de subjetividades, de singularidades, o indivíduo e conjunto de indivíduos é singular; na segunda, reconhece a multidão como um conceito de classe em que cada corpo é uma multidão e nenhum corpo jamais caminha só. Não é necessário negar o conceito de classes, a multidão engloba as classes sociais; por último, define a multidão como um conceito de potência, multidão como multiplicidade não esmagada pela massa, capaz de desenvolvimento autônomo.

O advento dos avanços tecnológicos e a apropriação das redes sociais para além de sua proposta de contato, mas ocupada também como espaço comum de democratização das comunicações, se fez como importante agenciamento na construção da multidão. Os protestos de junho configuram posições combativas às lógicas impostas de regulação e processos de subjetivação hegemônicos da contemporaneidade, e se revelam com efetivo potencial comunicativo multitudinário (HARDT e NEGRI, 2005). As redes não representam uma dimensão separada do cotidiano, mas são agenciadoras e incessantes (re) construtoras de uma realidade ao mesmo tempo presencial e virtual. Não apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização dos protestos, esses aspectos favoreceram a emergência nas manifestações de sentidos e ações múltiplas, extremamente heterogêneas, características das comunicações e organizações em rede: não se fecham e são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas, e se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta.

[...] as revoltas no Brasil – assim como os acampamentos e ocupações pelo mundo, nos últimos anos, – estão baseadas na afirmação do comum – uma afirmação, especialmente, de tornar comum a metrópole ela própria. O acampamento no Parque Gezi, em Istambul, é exemplar para a exigência da criação do comum. A fagulha dos protestos turcos se deu com a resistência ao plano neoliberal de privatizar o espaço público – no caso, a construção de um shopping center imitando os antigos quartéis da cidade bem no parque central da cidade. Os movimentos, por um lado, se opuseram à privatização. Mas, por outro lado, também se opuseram ao controle público (quer dizer, estatal) do espaço urbano. No curso da luta, o movimento tornou o parque e a circunvizinha Praça Taksim um espaço comum – aberto a todos e organizado segundo mecanismos de governança democrática. Esse desejo por um comum através de Istambul e além é uma maneira de exprimir o direito a metrópole. No Brasil, as fagulhas foram diferentes – a tarifa dos transportes, os projetos de obras para a Copa do Mundo etc. – mas reverberam o mesmo projeto de tornar o espaço urbano comum, reivindicando o direito à metrópole, para fazer a nossa cidade, como um

território comum. O desejo pelo comum, especialmente em formas metropolitanas, é a cola que mantém unidos os movimentos da multidão (HARDT, 2015; pg. 8)

A multidão, por fim, pode ser reconhecida como uma identidade temporária e provisória, que se extingue no instante em que suas formas de expressão se colocam e se manifestam nas ruas. Como sujeito coletivo, se desfaz ao fim de cada manifestação e protesto, para se reconstruir nos momentos futuros. Hardt e Negri (2005) constroem um conceito ontológico de classe, e são precisos em descrever e analisar as formas que esses movimentos contemporâneos assumem (seus “como”). Analisando a estruturação do conceito e sua aplicação no reconhecimento das formas que assumiram os protestos a partir de junho no Brasil, podemos considerar a multidão - pela frequência e pelas peculiaridades de suas demandas - um novo sujeito político na sociedade brasileira. Entretanto, suas concepções de justificativa apresentada como base para a construção da multidão (seus “porquês”), que além da busca pelo comum, são muito focados em uma concepção de busca pelo que chamam de “democracia direta”, parecem distanciar-se da compreensão dos movimentos contemporâneos, que se afirmam como minorias ativas, e não necessariamente atuam em busca de uma suposta verdadeira democracia.

## 2.4 As Máscaras

*Porque é fundamental se ficcionalizar*

Resposta a enquete “eu uso máscara porquê...” entre ocupantes do Ocupa Cabral

Outra face, outra identidade, outra representação. As máscaras são bastante singulares porque reproduzem uma face ao mesmo tempo em que ocultam outra. Para José Mattoso, a máscara longe de ocultar, revela: “Retira a expressão facial do rosto, mas manifesta aquilo que na vida cotidiana não se pode ver” (2013, p.01). No teatro e na ópera as máscaras desempenham função central: representam personagens ou sentimentos. Sua forma comunica ao público as diferentes facetas da realidade abordadas, e, não é por acaso, são o símbolo do teatro: comédia e tragédia. No Brasil, são associadas a festividades de origem religiosa ou pagã, como os bailes e desfiles de Carnaval e as procissões da Quaresma, assim como as representações teatrais. Mattoso (2013) considera ainda que as sociedades modernas só preservaram esse uso lúdico ou ilusório das máscaras, esquecendo-se de uma outra função, de relação com a vida e a morte, em um uso que estaria para além das aparências, que a face viva e individual faz esquecer. Bruno Cava revela as origens etimológicas da palavra:

Em grego antigo, prósopon é simultaneamente “máscara” (usada nos teatros públicos) e “rosto”. Mas também pode ser traduzido simplesmente por “pessoa”, no sentido de existência social na cidade. “Prósopon” [...] foi traduzida para o latim como “persona”. A prósopon exprime o estado emocional em uma determinada situação. Não era tanto uma expressão da alma do indivíduo, mas um signo de sua existência implicada num ato coletivo, na figura do coro (CAVA, 2013, p.97).

Vemos nas ações de protesto contemporâneas os usos dos já clássicos panos (camisetas amarradas a cabeça deixando apenas os olhos a mostra) e bandanas até fantasias, e o enigmático rosto de Guy Fawkes, máscara usada por um personagem de quadrinhos inspirado no revolucionário inglês e popularizada pelo filme “V de

Vingança”, projetado para o plano midiático a partir do cinema e incorporado às manifestações de cidades distantes como Istambul, Londres, Rio de Janeiro e São Paulo, passando a ser referência da mudança iconográfica das manifestações contra a ganância corporativa. Lifschitz nos provoca com as inquietações que essa máscara específica gerou no Brasil a partir de junho, traduzida através do jogo no qual nos convidam a participar: “uma imagem lúdica desengajada do contexto político local, excêntrica com relação aos ícones do protesto social, que se instalou como um passe nas mobilizações em junho” (2013, p 704). Esta máscara, capturada da ficção para a realidade, aparece no espaço da rua em situações políticas das mais diversas, como nas passeatas dos indignados na Espanha, em Wall Street e por fim nas avenidas das metrópoles brasileiras. É usada enfim, como símbolo e passe. E há ainda muitas outras, e muitos usos.

Pano na cara e máscaras: Camuflagem para ativistas engajados em práticas ilegais, indumentária padrão dos “vândalos” e subversivos. Estas representações, compartilhadas durante análises sobre as ações de confronto, retratam a máscara como protetora de identidades contra a investigação posterior da polícia através de vídeos, ou a perseguição por outras instituições sociais como família, trabalho e escola, daqueles que se engajam em manifestações. Desde junho, o refrão das grandes mídias vem culpabilizado através de seu discurso uma suposta “minoridade infiltrada” nos protestos pelas ações de confronto, violência e depredação, e os caracterizaram como aqueles “que vão mascarados aos protestos”. Criaram um inimigo, os inexplicavelmente onipresentes “vândalos”, e um discurso contra os “manifestantes infiltrados” que de repente tornou qualquer um que estivesse com um pano sobre o rosto durante a manifestação um perigoso criminoso. O anonimato, entretanto, pode garantir também a livre manifestação de pensamento e o exercício da democracia.

A perseguição, segregação aos mais radicais, e o preconceito em torno de práticas desviantes e marginais são comuns nas instituições tradicionais. E mesmo pensando no anonimato, há para além da cobertura contra práticas ilegais toda uma série de possibilidades a considerar sobre o uso de máscaras em manifestações. As “Marchas da Maconha” chamadas como um baile de máscaras e o aspecto carnavalesco das paradas LGBT por todo Brasil garantiram os usos das fantasias com caráter prático: garantia do direito de se manifestar politicamente sem se colocar necessariamente em uma situação de fragilidade e exposição (CAVA, 2013).

Equipamentos de proteção individual (EPIs), máscaras de gás e o leite de magnésia ou o vinagre (que auxiliam a resistir aos efeitos do gás lacrimogênio, usado na dispersão de multidões), diretamente associam-se a desobediência: palavra que reflete possível ação perante uma ordem. Demonstra uma posição de não aceitação a uma regra, lei ou decisão imposta, que em determinado momento e contexto não faça sentido. É enfim a prática de um “não se curvar” a algo que alguém imponha. A resistência é ponto fundamental para entender essa desobediência, já que como ação recebe a repressão como sua devida reação, e tende a demonstrar mais a violência da imposição, uma vez que obriga os agentes defensores das leis a usarem da força contra o praticante da desobediência, que age se negando a seguir as decisões tomadas por imposição, sem necessariamente agredir ou revidar quem está tentando o impedir.

A desobediência civil, comumente vista como ato de desacato à ordem estabelecida, se origina como forma de protesto político discutido pelo destacado abolicionista estadunidense do século XIX Henry David Thoreau (1999), e efetivamente vem sendo utilizada por grupos que pacificamente se opuseram a regimes opressores. Assim, mais que desacato, é um ato pelo direito a resistência. Uma das táticas mais difundidas de desobediência civil é o chamado bloqueio de uma área, por manifestantes. Durante manifestações, quando a polícia intenciona dispersar as pessoas, os manifestantes

se aproximam e se postam à frente da polícia, fechando uma rua ou passagem e se posicionando da melhor forma possível para cumprir o objetivo da manifestação, com a ideia de que a polícia não consiga dispersar os manifestantes com a sua simples aparição ou seu aparato “não letal” de imposição da ordem: os gases lacrimogênicos, as bombas de “efeito moral” e as balas de borracha.

Existem muitas formas de bloqueios (barricadas, aparelhos ou correntes para se prender em locais de passagens (queimar pneus ou lixo são só alguns exemplos), criadas de acordo com a prática e necessidade. O tipo talvez mais difundido, e mais pacífico, seja o realizado sentado: todos se sentam próximos na rua, via, ou espaço, não o deixando para que as forças policiais terminem na base da repressão com a manifestação. Nestes casos, e em outros onde a situação de confronto é eminente, mascarar como as descritas anteriormente são importantes por permitirem anular, mesmo que parcialmente, os efeitos dos instrumentos de dispersão de grupos.

A desobediência é uma prática de resistência (THOREAU, 1999), e pacífica ou não, é um legítimo ato de defesa de qualquer cidadão que não queira colaborar com as decisões impostas, com as quais não concorda, e que têm sido tomadas em seu nome. Desobedecer significaria assim não colaborar com o sistema, entrar em conflito com sua ordem instituída. Para os adeptos da desobediência civil, não seria assim necessário lutar fisicamente contra um governo, apenas não o apoiar, não contribuir com ele, ignorar suas leis. E nesse contexto, em que resistir é fundamental, o uso de máscaras surge como advento e resposta as táticas de repressão. Assim, entre ocultar, resistir e simbolizar elementos de uma prática transversal (que atravessa afetos, políticas e subjetividades), as máscaras representam uma prática de luta que se apresenta como novidade aos movimentos sociais brasileiros, e tem se confrontado com proibições nos termos da lei, julgamentos morais ou éticos que partem desde a imprensa corporativa até militantes político-partidários de uma esquerda institucional. É nessa conjuntura que seus usos são experimentados e dessa forma buscaremos aqui tecer compreensões.

### 3. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Tudo o que há são simulacros. Por detrás de uma máscara há outra máscara, atrás de outra máscara, atrás de outra e assim infinitamente*  
Friedrich Nietzsche, em Para além de bem e mal.

Os estudos em Psicologia Social vêm ganhando notoriedade no campo da pesquisa, tendo em vista temas emergentes relacionados a subjetividade no contemporâneo, comportamento social, e demais ainda não consolidados ou novos, estudados por meio de estudos exploratórios que em sua maioria exigem ser vistos através de abordagens sensíveis, para além do modelo objetivo-positivista (FLICK, 2009). A pesquisa em Psicologia Social, em especial a de abordagem qualitativa, pode ser entendida como aquela que visa abordar o mundo sem o controle típico obtido no laboratório, e entender, compreender e descrever (às vezes explicar) fenômenos sociais, de diversas maneiras como analisando experiências subjetivas ou coletivas, examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo, ou investigando documentos, textos, imagens, filmes, música que apresentem informações sobre experiências cotidianas.

#### 3.1 Representações Sociais

A terminologia Representações Sociais diz respeito tanto a uma série de fenômenos quanto ao conceito que os designa e a teorização feita para explicá-los, identificando assim uma grande teoria de estudos da cognição social. A ideia de que sujeitos e grupos pensam, e de que as instituições e as sociedades são ambientes pensantes de uma forma compartilhada (VALA, 2000a), representa um olhar para a constituição das instituições sociais e os comportamentos coletivos. Com a publicação em 1961 de *La Psychanalyse: Son image et son Public*, Sergè Moscovici sistematiza a TRS como o estudo de sujeitos em suas relações entre si e com a sociedade. Esta teoria trouxe a análise dos sujeitos em suas relações e de dinâmicas de variação temporal e biográfica, que englobam as representações compartilhadas para dar sentido à realidade, ao ponto de serem coletivas, sociais.

O conceito de representação é muito fluido e provavelmente tem sido utilizado sem muito cuidado no cotidiano. O termo “representação”, usado por diversas correntes da psicologia (a exceção das estritamente comportamentalistas), pode ser compreendido de forma geral e simplificada como o “reflexo interno de uma realidade externa”, logo, “reproduções mentais da vida cotidiana” (SÁ, 1996). Outra forma de definir o termo é entendê-lo algo como “fazer presente alguém ou algo ausente”, aplicando inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto como as palavras, por exemplo. Entretanto para Moscovici, representar uma coisa não seria a mesma coisa que a duplicar, repetir ou reproduzir, mas sim reconstituí-la, retoca-la, lhe modificar o texto (SÁ, 1996). Assumindo assim que não haveria corte entre o universo interior e o universo exterior subjetivo, e que o sujeito e o objeto não são essencialmente distintos (VALA, 2000a), e assim vendo as representações não mais como apenas mediações entre estímulos e resposta, mas como fatores constituintes e modeladores desta relação, Moscovici propõe uma concepção da representação não como simples reprodução, mas como construção. A partir da teoria proposta por Moscovici, a Psicologia Social e as ciências humanas de forma mais ampla se encontraram com uma diferença fundamental que propõe as representações sociais como “fenômenos”, e não “conceitos”, e, assim, passíveis de serem utilizados como

objetos sociais, localizadas nas zonas de convergências entre as atitudes e o comportamento, entre sujeito e sociedade.

Interessa-nos, ao pensar as representações, aquelas continuamente produzidas no universo sociocultural. O caráter distintivo da dimensão funcional do fenômeno foi destacado por Moscovici (2007), argumentando que tanto a consideração das gêneses sociais das representações quanto o fato de serem partilhadas não seriam ainda suficientes para distingui-las de outros sistemas de pensamento social (como a ciência e as ideologias). Moscovici nos diz que, por exemplo, as próprias descobertas científicas são responsáveis pelo surgimento das representações, impulsionando o aparecimento das mesmas. A este respeito ele postula:

Na medida em que as teorias, informações e acontecimentos se multiplicam, os mundos devem ser duplicados e reproduzidos a um nível mais imediato e acessível, através da aquisição de uma forma e energia próprias. Com outras palavras, são transferidos a um mundo consensual, circunscrito e re-apresentado. A ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum. (MOSCOVICI, 2007, p. 60)

Assim, tendo discutido a ideia geral de representação, e entendido conceitualmente suas diferenças com as representações sociais, como poderíamos abordar esta transição?

Jorge Vala (2000a) nos apresenta esta a partir de três critérios específicos. No primeiro, chamado “quantitativo”, afirmando as representações enquanto sociais na medida em que são “partilhadas por um conjunto” (VALA, 2000a, p.461). O segundo critério é chamado de “genético”, entendendo as representações como sociais no sentido em que não são só partilhadas, mas também construída desta forma. Seriam assim “produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior do grupo social” (VALA, 2000a, p.461). Por fim, o último critério de distinção é reconhecido por Vala como o que talvez contribua de forma mais decisiva para uma diferenciação neste sentido, chamado de critério da “funcionalidade”. Neste, as representações sociais são vistas como oferecendo repertório, *script* ou “programas” para a comunicação e a ação, principalmente no que trata de objetos que constituam questões em determinado grupo. Poderiam ser vistas, assim, como “teorias sociais práticas” (VALA, 2000a, p.462).

O termo “representações sociais” então deveria ser reservado para uma modalidade de conhecimento particular que tem por função exclusiva a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os sujeitos (SÁ, 1996). Se quisermos compreender por que alguém se comporta de um jeito e não de outro, poderíamos então observar as relações e pensamentos compartilhados em seu cotidiano. Nossas reações frente a outros sujeitos e objetos sociais estariam em grande parte mediadas pela percepção e pelas representações sociais que fazemos delas (MOSCOVICI, 2007).

Entendendo seus processos de distinção, reconhecimento, produção e funcionalidade, talvez tenhamos agora elementos suficientes para definir o conceito de representações sociais. Entretanto, é importante destacar a atitude esquivada do próprio Sergè Moscovici em relação a uma definição mais precisa deste conceito, entendendo que se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é (MOSCOVICI, 2007). As definições feitas pelo fundador da teoria ao longo de sua vida se mostram sempre vivas, reconhecendo as dificuldades em fechá-la em uma forma conceitual e por fim incorrer aos riscos de limitá-la. Buscaremos, mesmo entendendo estas dificuldades, reconhecer definições parciais quanto ao conceito das representações

sociais, entendendo que apontar este reconhecimento é uma forma de auxiliar-nos em nossa compreensão teórica presente.

Iniciamos então com a definição dada por Moscovici em 1981, tratando da compreensão das representações sociais. Para o autor, estas seriam um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas da vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas seriam, nesta definição, o equivalente em nossa sociedade, dos mitos e sistema de crenças das sociedades tradicionais; podendo também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (SÁ, 1996). Autores contemporâneos aliam-se ao cerne desta forma de compreensão do conceito, o associando ao chamado “saber de senso comum”. O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social. (NAIFF et al, 2013).

Por fim, uma outra definição bem aceita hoje, e que resume suas principais características, é dada por Denise Jodelet e que considera as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22).

A noção de representações, como afirma Moscovici (2007), tem em Émile Durkheim seu precursor. Retomando parte do conceito de representações coletivas criado por este, na tentativa de entender o fenômeno de apropriação de considerações teóricas psicanalíticas que se dava entre a população parisiense em seu momento histórico, Moscovici embasa seus estudos e conecta esta relação na história da psicologia social, inscrevendo a teoria com destaque para o “papel das representações sociais na constituição da vertente europeia da psicologia social” (SÁ, 1996, p.13).

Por volta do início dos anos 60, pareceu-me possível retomar o estudo das representações e despertar o interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais, fazendo reviver tal noção. Eles vislumbraram a possibilidade de abordar os problemas de sua disciplina dentro de um novo espírito, de estudar os comportamentos e as relações sociais sem deformá-las nem simplificá-las e de atingir resultados originais. (MOSCOVICI, 2007, p.45)

Este resgate traz para sua teoria uma aproximação com a sociologia dando ênfase a importância da inserção social do sujeito no entendimento da sociedade. Moscovici tratou assim tal ligação:

É óbvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim. Mas nós temos uma visão diferente dele – ou, de qualquer modo, a psicologia social deve considerá-lo de um ângulo diferente - de como o faz a sociologia. A sociologia vê as representações sociais como artifícios irreduzíveis a qualquer análise posterior (MOSCOVICI, 2007, p. 45).

A preocupação deste pesquisador passou a ser o dinamismo das representações, convidando-nos a uma apreciação e uma consideração dos fenômenos, e não mais dos conceitos, construindo importantes diferenças a respeito da distinção entre ele e Durkheim, principalmente no entendimento estagnado deste último acerca das representações. Talvez por isso, Moscovici assume desde sua obra inicial, foco no que denominou “representações sociais” em detrimento das “representações coletivas”, esclarecendo que:

Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

Apesar de Moscovici partir do conceito de representações de Durkheim para embasar seus estudos, diferencia-se do mesmo no que tange ao entendimento do que deve ser considerado ou não no estudo das representações. Moscovici assinala que “do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião mito, modalidade de tempo e espaço, etc.” (MOSCOVICI, 2007, p. 45). Durkheim foi o autor clássico da sociologia que trabalhou diretamente com a ideia de representação, mas em outros autores esta ideia é encontrada, sem que, entretanto, nenhum apresente intenção clara em trabalhar diretamente o conceito além de suas discussões teóricas. Ao interessar-se pelas questões políticas, científicas e humanas, Moscovici se interessa pelo dinamismo e movimento em que representações são construídas nas sociedades contemporâneas. As representações que discute não seriam a das de sociedades primitivas, nem as reminiscências de épocas remotas na cultura contemporânea, mas aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as transformasse em tradições imutáveis (SÁ, 1996).

Assim podemos dizer que para a TRS, as categorias básicas estudadas por Durkheim devem ser vistas a partir dos sujeitos em relação uns com os outros, dentro do seu meio social. Por representações coletivas Durkheim entendia a linguagem, costumes e outras manifestações culturais. A Europa da primeira metade do século XX passou a estudar com afinco o pensamento e a memória, enfatizando os processos orgânicos em detrimento dos processos psíquicos, já que estes possuíam mais possibilidades de investigação do que as ações e relações mentais. Já o estudo das representações sociais se torna importante aliado na compreensão de objetos sociais em uma suposta dicotomia objetiva-subjetiva (objetivação na medida em que se manifesta empiricamente em eventos, e de subjetivação na medida em que compõe várias faces dentro do senso comum que comungam sentidos para estas manifestações).

Em uma das primeiras proposições quanto ao que estruturaria o objeto de estudos de sua nova teoria, Moscovici estabeleceu que esta se configuraria ao longo de três dimensões: “informação”, “atitude” e “campo de representação” (SÁ, 1996). A informação diria respeito a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de determinado objeto social; as atitudes, conceito complexo e muito estudado, que Moscovici tentou englobar em sua teorização das representações sociais e com a qual estas seriam levadas a rivalizar nas análises críticas do campo, focalizariam a orientação global frente ao objeto das representações construídas por determinados grupos; ao passo que o campo de representação remeteria à ideia de imagem, de modelo social: o conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação

Celso Pereira de Sá (1996) destaca que a elaboração inicial da teoria de Moscovici teria sido a estruturação a partir de uma dupla natureza: conceitual e a figurativa. Esta noção foi explicitada na proposta para que se considerasse as representações como um processo que torna o conceito e a percepção de algum modo intercambiáveis, visto que

se engendrariam reciprocamente. De um lado seguiria a linha do pensamento conceitual, capaz de se aplicar a um objeto não presente o concebendo e lhe atribuindo sentido, simbolizando, tanto quanto por outro lado, à forma do exercício perceptivo, trataria de recuperar este objeto e dar-lhe concretude, o tornando tangível.

Muito se discutiu a partir da proposição teórica das representações, dos objetos que poderiam constituir-se em estudos a partir desta. A questão, que leva as preocupações acerca do chamado campo das representações sociais, se apresentaria como: Poderia simplesmente tudo ser estudado a partir desta teoria?

Sá (1996) admite a resposta negativa, reconhecendo a não existência de “representações sociais de tudo”. Não haveria, para o autor, por que existir uma representação social para cada objeto em que se possa pensar, admitindo que determinado objeto poderia gerar só uma série de opiniões e de imagens relativamente desconexas. Isto nos indica também que nem todos os grupos ou categorias sociais tenham que participar de uma representação que lhes seja própria (SÁ, 1996).

Outra preocupação de Moscovici foi a de demonstrar as funções que as representações sociais possuiriam na vida social. A primeira por ele destacada seria a de “convencionalizar” os objetos, pessoas ou acontecimentos, localizando-os em seu determinado tipo ou categoria. Essa nos permitiria reconhecer o que representa o que, e demonstraria a influência do passado nas representações do presente, o que nos remete à uma segunda função, “prescritiva”, ou seja, da força irresistível que estas impõem sobre os sujeitos e os influenciam de maneira não intencional. Nas palavras de Moscovici, as representações não são “pensadas” pelos sujeitos. Mais precisamente, elas seriam “re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (MOSCOVICI, 2007, p. 37). Estas observações conduzem à questão, enfim: quais seriam as condições que afetam a emergência ou não das representações sociais de um dado objeto, em um determinado grupo?

Jorge Vala (2000a) vê este surgimento como decorrente da enorme pluralidade de clivagens socioeconômicas e de quadros de referência normativos-valorativos, diretamente responsáveis pela pluralidade de representações sobre um mesmo objeto. Sá (1996) define marcadamente processos específicos, que ele intitula: dispersão da informação, focalização e pressão a inferência.

A “dispersão da informação”, primeiro aspecto de consolidação de um objeto no campo das representações sociais, diz respeito a sua veiculação midiática e comunicacional e das defasagens qualitativas e quantitativas que sofre neste, entre a informação disponível e a informação necessária para a compreensão sólida de um problema ou objeto. Esta informação não é sempre claramente definida, e na maioria dos casos torna-se ambígua, imprecisa, e não é independente das chamadas clivagens sociais: a informação não circula da mesma forma assim como não circula o mesmo tipo de informação em todos os grupos sociais. A ambiguidade da informação não se manifesta da mesma forma para todos (SÁ, 1996).

A “focalização” diz respeito aos recursos educativos, interesses profissionais ou ideológicos que parametrizariam a focalização dos sujeitos em diferentes domínios do meio social, gerindo a pertinência das elaborações representativas de determinados objetos, construindo representações mais sólidas ou mais fluidas destes (SÁ, 1996).

Um último processo que demarcaria objetos específicos como campo de estudos para as representações sociais seria a “pressão a inferência”. Este processo leva em conta que, entre a constatação de um fenômeno e a necessidade de tomada de posição sobre ele ocorreria um lapso de tempo mínimo, e que esta posição tomada não poderia ser uma qualquer para constituir este fenômeno como campo de estudo. Esta deve servir a objetivos subjetivos ou grupais, exigindo dos sujeitos e grupos que disponham de recursos que lhes permitam produzir uma opinião não só rápida, mas também que se conforme as

suas estratégias. As representações a que faz apelo o fenômeno em causa seriam esses recursos, refletindo o posicionamento social dos sujeitos nas relações grupais (SÁ, 1996).

As representações sociais para Jean-Claude Abric (1998) possuiriam um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas porque responderiam a quatro funções essenciais: “de saber”, que permitiriam compreender e explicar a realidade; “identitárias”, que definiriam a identidade e permitiriam a salvaguarda da especificidade dos grupos; “de orientação”, que guiaria comportamentos e práticas; e “justificatórias”, que permitiriam justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos. A formação de representações sociais, portanto, agregaria duas principais características: em primeiro lugar a premissa de que têm o objetivo de transformar o não-familiar em familiar, e em segundo lugar sua função de direcionar o comportamento e a comunicação (SÁ, 1996).

Na teoria apresentada por Moscovici, são atribuídas as representações sociais importantes qualidades dentro do meio social. A principal delas seria a de estabilizar a realidade em relação à sua capacidade dinâmica de mudança e criação, e fundamentalmente atuar na transformação do não-familiar em familiar, a todo momento - esta mesma característica destacada por outros autores, como Abric (1998) e Sá (1996). Atuando dentro do que Moscovici chama de “universo consensual”, tal preposição definitiva constitui o princípio básico a que servem as representações sociais, de forma complexa e composta por mecanismos específicos, com capacidade de orientar práticas.

É a partir desta caracterização de seus processos de formação que começamos a compreender o caráter estrutural das representações sociais. A duplicação de um sentido por uma figura, pela qual se pode atribuir materialidade a um objeto até então abstrato, é cumprida por um processo complexo chamado de objetivação, e a duplicação de uma figura por um sentido, pela qual se fornece contexto inteligível ao objeto, é cumprida por um segundo processo chamado ancoragem. Objetivação e ancoragem seriam, assim, os dois processos estruturantes básicos das representações sociais (SÁ, 1996). Do ponto de vista destes processos formadores, Naiff, Naiff e Louback (2013) registram que:

O objetivo principal de lançarmos mão de representações sociais é buscar compreender o mundo a nossa volta. Os processos responsáveis pela formação das representações sociais são a objetivação e a ancoragem. Isto significa dizer que objetivamos o desconhecido dando-lhe forma, tornando-o quase palpável e o ancoramos em nosso próprio sistema de referência preexistente, utilizando essa estrutura como guia de nossas ações (NAIFF et al, 2013, p. 60).

A ancoragem é a tentativa de tornar próximos conceitos e ideias que não fazem parte de um determinado grupo, dando a estas ideias uma roupagem familiar, conhecida. É um processo que transforma o estranho em familiar, algo desconhecido em conhecido, visando aproximar do cotidiano o que está distante, ancorando-o e puxando o que está longe de entendimento para perto, através da classificação e nomeação de coisas, passando assim a falar sobre elas (MOSCOVICI, 2007).

Por sua vez, a objetivação é, segundo o próprio Moscovici, “um processo muito mais atuante que a ancoragem” (2007, p. 71). A objetivação busca materializar uma abstração, dando concretude a algo que inicialmente é não palpável e que existe metafisicamente. Jorge Vala (2000a) nos define o processo de objetivação como forma que se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural (VALA, 2000a). A objetivação busca materializar uma abstração, dando concretude a algo que inicialmente é não palpável. Quando utilizamos o

mecanismo de objetivação, é com vistas a “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2007, p.72). É dar corpo a algo que se apresenta inicialmente como insubstancial.

### 3.2 Abordagem Estrutural das Representações Sociais

O esquema explicativo básico da TRS focaliza a gênese das representações sociais através de um princípio único (tornar o não-familiar em familiar), bastante abrangente em sua simplicidade, e dois processos específicos que procuram dar conta da estruturação das representações em seus componentes simbólico e figurativo (a objetivação e a ancoragem). As questões expostas acima, que permitem refletir acerca de um panorama histórico da TRS, ao mesmo tempo que destrincha seus processos, funções e as diversas definições construídas ao longo dos anos, nos permite focalizar então em uma importante contribuição à proposta original de Moscovici que partiu de um grupo de pesquisadores que intencionavam complementar os estudos até então propostos. Jean Claude Abric liderou as pesquisas desta nova abordagem da teoria, que ficou conhecida como “Abordagem Estrutural” ou “Teoria do Núcleo Central”, na qual este trabalho busca se embasar e que abordaremos a diante.

O grupo de pesquisadores que depois ficariam conhecido como *Grupo do Midi* (se referindo a região do Sul da França, próximo ao Mediterrâneo, especificamente nas cidades de Aix-en-Provence e Montpellier) apresentaram, por ocasião da proposição teórica acerca do núcleo central das representações sociais, uma nova conceituação para esta teoria proposta pela primeira vez dentro do quadro de pesquisa experimental organizado através da tese de doutorado em 1976, de Jean-Claude Abric, sob a forma de uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. Neste trabalho, a organização de uma representação é apresentada não apenas pelos elementos que a compõe e poderiam ser hierarquizados, mas a partir de uma característica particular a respeito de toda a organização da representação, constituída a partir de um núcleo de um ou alguns elementos, que dariam a esta representação seu significado (SÁ 1996). A ideia essencial assim exposta é que as representações estariam organizadas em torno de um núcleo central, que determinaria ao mesmo tempo sua significação e sua organização interna. Este núcleo central seria um subconjunto da representação, cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente. Assim, Abric apresenta uma nova conceituação geral para a TRS, entendendo seu objeto de estudos como o produto e o processo de uma atividade mental pela qual se reconstitui o real com que se confronta e lhe atribui uma significação específica (SÁ, 1996).

Abric (1998) e o *Grupo de Midi* iniciaram a formulação uma nova abordagem para lidar com as representações sociais, partindo da hipótese de que estas se estruturariam em torno deste núcleo central e de um sistema periférico. Nesses processos de percepção social aparecem, portanto, elementos centrais, aparentemente constitutivos do pensamento social, que lhe permitem colocar em ordem e compreender a realidade vivida pelos indivíduos ou grupos (SÁ, 1996)

Abric (1998) defende a ideia de que há uma hierarquização dos elementos que integram as representações sociais, com estes variando de importância em maior ou menor grau. Alguns elementos dentro das representações a respeito de algo, arranjam-se internamente em torno de um núcleo central das representações. É o núcleo central que vai determinar a significação e a organização das representações e é ao redor do mesmo que os elementos de uma representação se arranjam hierarquicamente.

Esta nova conceituação, esclarecida a partir dos estudos experimentais de Abric, pode ser reconhecida na percepção das defesas por parte de sujeitos de alguns elementos

específicos das representações construídas por eles, uma característica comportamental que colocou em evidência este componente central da organização representacional: a reatividade. Para Abric, o núcleo central que possui função geradora e organizadora, conferindo assim estabilidade da representação social, seria de difícil mudança justamente por sua relação de estabilidade, e por isso é defendido quando colocado sob questão, através de ações reativas. Já os sistemas de fora do núcleo central, chamados de “sistemas periféricos”, atuam agregando características mais instáveis e permeáveis, e com isso, agindo como um dispositivo de defesa da representação frente a novos elementos desestabilizadores. Sua função seria de maior negociação com a realidade, protegendo o núcleo central e sofrendo de maior possibilidade de mudanças.

Duas são as funções que desempenha o núcleo central na estruturação e funcionamento das representações sociais: a função geradora é aquela em que o elemento pelo qual se cria ou se transforma dá a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor. Já a função organizadora é aquela pela qual o núcleo central determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido, o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 1998).

Duas também são as dimensões que compõem o núcleo central das representações sociais: a dimensão funcional destaca-se com uma finalidade operatória: é privilegiado na representação e constitui seu núcleo central os elementos mais importantes para a realização de uma tarefa. Já a dimensão normativa surge com as situações onde intervém, diretamente, dimensões sócio afetivas, sociais ou ideológicas, colocando no centro de uma representação uma norma, estereótipo, ou atitude marcada. Entretanto, se este sistema central pode ser considerado acima de tudo “normativo”, o papel “funcional” deve ser atribuído aos seus sistemas periféricos. Afirmar isto quer dizer compreender o sistema periférico como responsável por se ancorar na realidade do momento (ABRIC, 1998).

Os sistemas periféricos, que então não estariam no núcleo central de uma representação, são considerados mais flexíveis, e assegurariam duas funções em especial: a de regulação e de adaptação do sistema central aos constrangimentos e as características da situação concreta à qual um grupo se encontra confrontado. Assim, é elemento fundamental nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação, absorvendo inicialmente novas informações ou eventos suscetíveis de colocar o núcleo central em questão. Uma terceira característica dos sistemas periféricos seria sua permissividade a modulações subjetivas nas representações. A flexibilidade, elasticidade destes sistemas permitiria a integração na representação de variações ligadas a história própria de sujeitos específicos, sem afetar a organização do núcleo central comum (FLAMENT, 2001).

Claude Flament, a quem é atribuído o mérito de ter completado a teoria do núcleo central a partir de sua demonstração dos papéis decisivos dos elementos periféricos no funcionamento da representação, considera que o que parece mais importante designar nos sistemas periféricos são seus papéis estruturantes, que organizam os elementos da representação e lhes dá sentido. Assim Flament avança sobre o chamado “postulado cognitivista”, tão criticado pela produção científica europeia, introduzindo uma nova distinção entre as representações sociais, que mesmo retirando sua “elegante simplicidade inicial” (SÁ, 1996, p.67), complementa de forma decisiva seus estudos: em sua concepção o conjunto de práticas e discursos sobre um dado objeto, por mais diversificado, divergente e contraditório que pareça, é efetivamente coerente quando tomado em sua totalidade.

Para Flament (2001) há de se distinguir entre dois tipos de representações sociais: as autônomas e as não-autônomas. Nas primeiras, o lugar de coerência da representação em um dado objeto se encontra ao mesmo nível desse objeto; nas últimas, o lugar de coerência da representação do objeto se encontra nas representações de outros objetos mais ou menos ligados a ele. Para Flament o trabalho em uma abordagem estrutural só é possível com as representações sociais autônomas, já que seria o núcleo central que as atribuiria autonomia. Esta questão, que aparentemente entra em desacordo com a formulação original de Abric que entendia que toda representação se organizaria em torno de um núcleo central, é discutida por Flament mais a fundo quando reconhece que chamamos de autônoma uma representação social cujo princípio organizador é interno: é o núcleo central. A autonomia diria respeito apenas ao princípio organizador, não necessariamente propondo a representação social autônoma como um universo fechado (SÁ, 1996).

Na concepção de Abric (1998), as características do sistema central e periférico das representações são apresentadas tendo o primeiro como coerente, estável, consensual e historicamente definido e o segundo funcional, flexível, adaptativo e relativamente heterogêneo. Portanto, conhecer uma representação é conhecer como se organizam seus sistemas central e periférico, e nessa organização levar em conta não apenas a saliência que os elementos apresentam, mas a relação de sentido que estabelecem com os elementos centrais. Comparar grupos em relação a suas representações diz respeito a identificar se seus núcleos centrais são diferenciados, isto é, se os elementos cognitivos mais rígidos e consensuais do grupo em relação ao objeto são partilhados ou não (SÁ, 1996).

Segundo Sá (1996), a teoria fundada por Jean-Claude Abric em 1976, na *Université de Provence*:

Apresenta hoje, ao cabo de quase vinte anos de evolução contínua e sistemática, um alto grau de elaboração teórico conceitual e de refinamento metodológico, bem como uma importante produção empírica o que faz dela um dos mais promissores desenvolvimentos no campo de estudos das representações sociais (SÁ, 1996, p. 25).

Abric considera que a sua teoria do núcleo central não foge as concepções de Moscovici, retomando em grande parte suas análises, mas sem limitar esse núcleo imaginante ao seu papel genético (SÁ, 1996). O núcleo central assim seria um elemento essencial de toda representação constituída e que poderia superar o simples quadro do objeto da representação para encontrar sua origem diretamente nos valores além deste quadro, e que não exigiriam nem aspectos figurativos, nem esquematizações, nem mesmo concretizações. Esta forma nova de compreender as representações sociais avança sobre os estudos originais de Moscovici sem, entretanto, superá-los. Faz parte de algo como um movimento em direção a acentuação dos aspectos valorativos e cognitivos, em detrimento da sua suposta estrutura de dupla natureza inicialmente imaginada (a figurativa e simbólica), problemática e de difícil manejo em uma pesquisa empírica.

A partir desta perspectiva teórica, é possível afirmar que as representações sociais permitem investigar como sujeitos constroem sentido, posicionem-se diante de situações, fazem escolhas e orientam suas ações. Estas significações se apresentam como base referencial para que os sujeitos possam se direcionar e traçarem parâmetros para suas ações e posicionamentos, assumindo posturas diante do que vivem, intervindo e relacionando-se com o mesmo (JODELET, 1989). Falar em representações sociais implica em considerá-las enquanto emergentes na dimensão simbólica da vida social, pois servem para agir sobre o mundo e sobre os outros. As representações sociais nascem no cotidiano, nas interações que estabelecemos, seja na família, no trabalho, na escola, nas

relações com a saúde, entre outras dimensões da vida social, ou seja, onde quer que exista uma realidade a ser apropriada e partilhada.

## 4. MÉTODO

### *COMO FAZER UMA MASCARA CASEIRA CONTRA GÁS LACRIMOGÊNIO*

*Em uma garrafa pet de 2 ou 3 litros, recorte o fundo. Corte na vertical deixando a metade em pé da garrafa, 4 dedos acima do gargalo intacto.*

*Com fita isolante, cubra as arestas para vedação e conforto.*

*Use elásticos fixados com grampos para segurar.*

*Use vinagre para umedecer um pano voltado para o gargalo sem tampa.*

*Disobedient Objects, traduzido livremente.*

Menos que uma busca pelas identidades, motivações e culpas entre os manifestantes que ocupam as ruas em protestos, interessa aqui compreender como tais sujeitos experimentaram esses momentos, como os sentiram, os produziram e produzem, e por fim os compartilham. A busca, assim, é pela compreensão de algumas faces dos movimentos de protesto que continuam a ocorrer nas ruas do Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, procurando inseri-los no debate acadêmico a partir de suas dinâmicas e apostando que pensar as relações entre os espaços urbanos e os modos de ser e existir contemporâneos possa problematizar e dar visibilidade às relações entre esses espaços e as práticas de poder. Os dados que advém das pesquisas em Psicologia Social precisam ser analisados de forma diferenciada, e a escolha de métodos e técnicas para a análise de dados aqui busca proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados produzidos pela pesquisa. Estudar tal fenômeno através da Psicologia Social tem grande potencial, visto que é na busca da compreensão de fenômenos sociais novos que grupos produzem e reproduzem socialmente um discurso compartilhado, que alimentará sua visão de mundo e que produzirá suas formas de entender e agir na realidade.

### 4.1 Objetivos

#### 4.1.1. Objetivo geral

Investigar aspectos psicossociais do uso de máscaras em manifestações sociais, junto a manifestantes e militantes pertencentes a grupos associados a essas ações na cidade do Rio de Janeiro.

#### 4.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as representações sociais construídas por esses grupos acerca do termo indutor “uso de mascaras em manifestações sociais”.
- Investigar as centralidades das representações sociais e sua importância como construtoras deste fenômeno social, a partir das teorias de Serge Moscovici e Jean Claude Abric.
- Construir, de forma comparativa, uma análise da prototipicidade das representações entre as diferentes evocações em associação com a análise de conteúdo sobre questões narrativas.
- Identificar relações entre as representações sociais e seu impacto nas discussões dos grupos associados a tais ações, através de questões abertas que possibilitem reconhecer elementos narrativos relacionados com a experiência dos sujeitos entrevistados.

## 4.2 Os Sujeitos Pesquisados

Esta pesquisa foi construída com dois grupos de ativa militância na cidade do Rio de Janeiro, que atuam organizando ações na cidade na forma de eventos e compondo atos e protestos. A escolha destes grupos se justifica pela boa recepção de ambos à presença deste pesquisador em suas ações de grupo, abertura para a proposta de pesquisa, tanto quanto pela importância e papel que ocupam hoje no cenário de militância libertária na cidade. A seguir, forneceremos algumas informações sobre cada um desses grupos que possam ser relevantes para entender suas participações nesta pesquisa, mas, buscando respeitar suas posições, manteremos em sigilo seus nomes. Afirmamos com isto, que esta pesquisa não possui intenções de colocar seus dados como representativos das posições consensuais de nenhum dos dois grupos.

Vale ressaltar que apesar de apresenta-los como dois grupos por certas particularidades que possuem, entendemos que em relação ao objeto estudado, esses sujeitos compõem um grupo maior que possui algum grau de envolvimento com as lutas e manifestações diferente da população em geral. Nesse sentido, foram avaliados na análise prototípica como um grupo só. Entrevistamos o total de 101 sujeitos que, de forma espontânea, responderam ao instrumento de produção de dados

O primeiro, chamado aqui de grupo 1, é um grupo de articulação e construção de práticas de ação direta, assumindo-se como uma organização política anarquista fundada há 14 anos, e integrante de coordenações de conjuntura nacional. Atua em diferentes frentes sociais, tendo por objetivo aglutinar anarquistas em torno de princípios e de um programa político comum. Entendem o anarquismo enquanto uma ideologia que deve estar diretamente relacionada com a prática política, impulsionando as lutas com uma perspectiva revolucionária e buscando o socialismo libertário como objetivo final. Se reúnem regularmente e constroem um espaço cultural social, onde ocorrem a maior parte de suas atividades. Organizam-se por comissões executivas, abertas e rotativas, e por frentes de lutas. Recentemente, têm se envolvido em ações de luta contra as medidas de austeridade no âmbito estadual e federal, apoiaram as lutas de ocupações de escolas no Rio de Janeiro e a greve da educação, apoia à campanha pela liberdade de Rafael Braga (preso durante os protestos de 20 de junho de 2013 por portar frascos de desinfetante), fomento de assembleias populares, sarais, cursos de alfabetização e pré-vestibular comunitário, além de construir e compor atos e ações de protesto, entre outras.

O segundo coletivo, chamado aqui de grupo 2, é um grupo de estudos que tem a leitura e debate sobre teoria e prática libertária e de luta no Rio de Janeiro como seu único objetivo. Hoje é espaço de reunião de diversos sujeitos, grupos e membros de outros distintos grupos. Iniciado há 4 anos, fazem sessões geralmente mensais, sempre abertas ao público, e não se vinculam a nenhuma organização específica, abrindo sua dinâmica de funcionamento à gestão daqueles que frequentam o mesmo. Reúnem-se em uma universidade pública na cidade e vem sendo um dos grupos mais ativos de estudos na temática, se destacando por reunirem movimentos que vem dando sequência às ações de luta e protesto na cidade.

Cabe ainda ressaltar aqui a dificuldade em construir contato e abertura para pesquisas com grupos que, por tratarem de militância e envolvidos em discussões e práticas libertárias, sofrem da criminalização e perseguição não só das agências de segurança pública de Estado, mas também por grande parte da esquerda de militância atuante no Brasil, envolvidas com a política partidária institucional. São pessoas hoje desconfiadas, e a dificuldade de acessá-las se apresenta no receio em receber alguém completamente novo a compor seus grupos, dúvidas quanto ao teor de pesquisas como a proposta - se estariam em consonância com os ideais dos grupos – além do receio em

participar de atividades apresentadas via mídias digitais, e-mail ou redes sociais, em formulários online, mesmo que anônimos. Receio ainda de se comprometer afirmando práticas individuais como práticas de grupo.

Os sujeitos dos dois grupos, nos espaços em que estes se constroem, acolheram a proposta de pesquisa e abriram caminhos e portas para o compartilhamento desta entre os sujeitos que os compõem, mas é importante novamente enfatizar que as respostas obtidas aqui não falam em nome dos coletivos, e sim dizem respeito às ações e pensamentos de cada um dos respondentes, não representando qualquer consenso, em nenhum dos dois grupos.

### **4.3 Procedimentos de Produção dos Dados**

A pesquisa visou membros e pessoas associadas aos dois coletivos citados anteriormente, que reúnem sujeitos diversos que se implicam com as questões de luta e militância pertinentes a esta pesquisa. Teve o formulário construído como um questionário semiestruturado feito a partir da ferramenta gratuita *Google Forms*® e apresentado aos sujeitos primeiramente via tablete em reuniões presenciais dos grupos, e posteriormente em convite via e-mail e redes sociais em páginas e fóruns online ligados a ambos, através de compartilhamento do link que redireciona para o formulário da pesquisa.

O questionário, anônimo, dispôs de questões sociodemográficas como idade, escolaridade, renda e trabalho, e a proposta de evocação livre precedida do seguinte enunciado: “No contexto das manifestações deflagradas a partir de 2013 no Brasil, que expressões vem a sua mente diante do termo ‘uso de máscaras’”. Em seguida, uma questão quanto a prática de uso de máscaras, primeiro perguntando se o respondente já passou por tal experiência, e a seguir possibilitando a construção de uma narrativa, compartilhando a experiência com a prática em caso de já ter tido alguma, ou relatando o que acredita levar a tal, caso não tenha. Buscou-se construir uma amostra com número que permitiria boa consistência de dados comparados, principalmente no que tange às evocações livres. Esta pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ, Protocolo número 846/16, processo 23083.009239/2016-43, recebendo parecer favorável. Antes da disponibilidade de preenchimento, o questionário exigiu concordância com a política de “livre consentimento esclarecido” e declaração de ter, no mínimo, 18 anos de idade. Houve, por fim, a marcação de “aceito” ao final da leitura do termo, de tal forma que somente assim o questionário fosse acessado.

As entrevistas do questionário semiestruturado receberam, nas questões sociodemográficas, análise das frequências e valores absolutos a partir do software SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), programa de análise de dados estatísticos. A tarefa de evocação livre teve seu material final analisado pela técnica de construção do quadro de quatro casas, com as respostas analisadas com auxílio do programa de computador EVOC 2003® (*Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations*). Os dados narrativos produzidos a partir das questões abertas foram analisados utilizando as técnicas para análise de conteúdo, permitindo ao fim cruzamento e triangulação dos diferentes dados produzidos, ampliando o panorama da pesquisa construída pelos respondentes.

### **4.4 Métodos de Análise**

O conceito de representação social, que designa esta forma específica de conhecimento, esse saber do senso comum, e cujos conteúdos manifestam a operação de

processos generativos e funcionais socialmente marcados, designam uma forma de pensamento social. A TRS trabalha com a produção das associações do pensamento para o estudo das relações sociais, considerando-as de fundamental importância para as ações que estes sujeitos venham a ter. Sua importância na pesquisa social surge na medida em que possibilita integrar a realidade social vivida pelos sujeitos como uma espécie de “ferramenta” para “conhecer” e “atuar” no mundo. Assim, a partir de algumas informações de origens e naturezas diversas, se pode organizar, interpretar e construir representações que irão mediar relações no cotidiano. Na perspectiva psicossocial, o sujeito é entendido essencialmente como ator, produto e produtor de uma realidade. A TRS permite uma aproximação das dimensões psicossociais envolvidas na vivência dos fenômenos socialmente produzidos e partilhados, e um olhar sob esse prisma significa fornecer dados que correspondem ao pensamento compartilhado de determinado contexto social.

Apresentaremos aqui então duas faces da abordagem das representações sociais, na forma das evocações livres analisadas pelo método do Núcleo Central, e a Análise de Conteúdo, que se apresenta também como forma de acessar as representações sociais de um grupo, com base consistente de rigor metodológico, e uma organização propícia à compreensão aprofundada da técnica. Buscaremos ainda avaliar a forma de construir a triangulação dos dados produzidos nessa abordagem, em um caminho multifacetado de produção de sentidos e significados na interpretação sensível da diversidade de dados produzidos em nossa pesquisa.

#### 4.4.1 As evocações livres

A proposta da Abordagem Estrutural das Representações Sociais (ABRIC, 1998) entende que estas se organizam a partir de uma estrutura própria, e para analisa-las, seria preciso reconhecer seu núcleo central e suas periferias. As evocações livres das representações sociais são vistas aqui a partir dessa abordagem estrutural, analisadas com o auxílio do software EVOC 2003®, que combina a frequência da evocação de cada palavra com sua ordem de evocação, estabelecendo o grau de saliência dos elementos da representação no grupo, e organizando estes entre: O núcleo central, representações com maiores frequências e baixas médias de ordem de evocação – aquelas que aparecem mais prontamente; a primeira periferia, representações com altas frequências mas alta média de evocação; a zona de contraste, representações com menor frequência que o núcleo central, porém baixa média de ordem de evocação – também prontamente evocadas; e segunda periferia, composta por outras significativas representações, porém com menor frequência e alta ordem de evocação (SÁ, 1996). A organização dos dados, seguindo essa orientação, ofereceu quatro quadrantes que determinam o provável núcleo central e as estruturas periféricas destas representações sociais.

O núcleo central, que já descrevemos como possuindo funções geradoras e organizadoras das representações, são os elementos que conferem a estabilidade. Assim, os elementos que compõem tal núcleo são aqueles que mais significativos para compreender tais representações, são por esses elementos que elas tomam um sentido, um valor, sendo assim de difícil mudança. (ABRIC, 1998).

As representações sociais apresentam, para Abric (1998) ainda uma dimensão funcional, de finalidade operatória (elementos importantes para a realização de uma tarefa), e outra normativa, centralizando elementos como normas, estereótipos ou atitudes. Para o autor, o sistema central pode ser considerado acima de tudo “normativo”, sendo o papel “funcional” atribuído aos sistemas periféricos. Afirmar isto quer dizer

compreender o sistema periférico como responsável por se ancorar na realidade do momento (ABRIC, 1998).

Os sistemas chamados de “sistemas periféricos”, de fora do núcleo central (especificamente, a primeira e segunda periferias, e a zona de contraste), são os que agregam características instáveis, sendo mais permeáveis ao contato com distintos discursos e agindo como defesa da representação frente elementos que por ventura a desestabilizem. Sua função seria de maior negociação com a realidade, protegendo o núcleo central e sofrendo de maior possibilidade de mudanças.

Os sistemas periféricos são considerados mais flexíveis, e fundamentais nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central de uma representação, permeáveis a novas informações ou eventos que colocam um núcleo central em questão (FLAMENT, 2001). São ainda vistos como permissivos às modulações subjetivas nas representações, permitindo sua integração na representação de variações ligadas a história própria de sujeitos específicos, sem afetar a organização do núcleo central comum.

#### 4.4.2 A técnica de análise de conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) propõe à Psicologia Social e à pesquisa científica em geral uma concreta e operacional técnica de investigação de dados qualitativos produzidos pela narrativa. Laurence Bardin, autora de referência da teoria, aplicou as técnicas de AC na investigação psicossociológica e nos estudos das comunicações de massas. Sistematizou assim a análise de comunicações, com potencial de compreensão sobre o que foi dito em entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise de material, avança sobre formas de classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos, compartilhados e construídos socialmente, uma vez que é uma técnica inferencial sobre textos para seu contexto de forma objetiva.

Jorge Vala considera que a AC:

É uma técnica de tratamento de informação, não um método. Como técnica pode integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica (VALA, 2000b, p. 104).

Bardin reflete sobre a composição histórica de seus estudos ressaltando que se torna necessário colocar em questão as suas condições de aparecimento e de extensão em diversos setores das ciências humanas, sobretudo pela classificação. Assim, considera a hermenêutica, a retórica e a lógica, práticas importantes que antecedem a construção da técnica de AC. É balizado por essas fronteiras: de um lado a linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras. Bardin (2009) esclarece ainda que, para a expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas, o aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico são necessárias (como o recurso do computador hoje). Contudo, a AC multiplica as aplicações ao concentrar-se na transposição informática, em matéria de inovação metodológica.

Vala (2000b), ao apresentar a importância e evolução da AC como técnica de produção e análise de dados qualitativos, resalta a contribuição de Bardin como fundamental para traspor, a partir da inferência, da ação de descrição para a de interpretação. A técnica assim não se proporia somente então a estudar a língua ou o discurso, mas “caracterizar as suas condições de produção” (VALA, 2000b, p. 104). Bardin (2009) resalta, entretanto, a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, e a necessidade de ultrapassar as incertezas, descobrir o que é questionado.

Valorizar os aspectos subjetivos de análise em uma técnica de pesquisa é estar atento a variedade de formas e finalidades de seu uso, e um uso descuidado está longe de enriquecer a prática de análise, visto que torna a técnica pouco clara, possibilitando sua utilização sem os cuidados metodológicos exigidos para uma prática científica.

Talvez por essa valorização da inferência em análise e de valorizações de aspectos subjetivos do pesquisador na construção compreensiva dos dados, é que Uwe Flick reconhece como a AC vem sendo atualmente aplicada, mais como prática intuitiva e não sistematizada do que como efetivamente como técnica (FLICK, 2009).

Bardin define a AC a caracterizando como um conjunto de procedimentos de análise das comunicações que utiliza etapas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo (BARDIN, 2009). A análise de resultados objetiva estudar aspectos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo relativo. Bardin chega a propor uma metodologia de teste por associação a palavras indutoras, que muito se assemelha a evocação livre na produção de dados em TRS, entretanto sem se aprofundar nos aspectos mais gerais das estruturas cognitivas construídas com essa abordagem. Mas a mais clássica proposta da autora, conhecida como AC de tipo classificatório às respostas de perguntas abertas em um questionário, é a que aqui utilizaremos como referência de pesquisa. O conteúdo de uma comunicação, rico e polissêmico, notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. A maior dificuldade em relação à abordagem desses conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo de forma mais palpável e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem. Assim, Bardin defende que a AC não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas ideias já anteriores a pesquisa (BARDIN, 2009).

A análise, para a autora, precisa trazer indagações necessárias para o entendimento de uma outra forma interpretação de dados qualitativos, aprofundando a questão do método e técnica. A organização da análise, a codificação de resultados, as categorizações, as inferências, e por fim, a informatização da análise das comunicações, são etapas fundamentais. Para uma aplicabilidade coerente da técnica, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a AC deve ter como ponto de partida uma organização. As diferentes fases da AC organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin: “A pré-análise; A exploração do material; e, por fim, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2009, p.121).

A primeira fase, denominada “pré-análise”, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações produzidas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado, que servirá para conduzir as operações sucessivas de análise. Esta fase compreende:

Leitura flutuante: é o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer os textos, entrevistas e demais fontes a serem analisadas;

Escolha dos documentos: consiste na definição do corpus de análise;

Formulação das hipóteses e objetivos: a partir da leitura inicial dos dados;

Elaboração de indicadores: a fim de interpretar o material coletado; (BARDIN, 2009, p.130)

É importante ressaltar que a escolha dos dados a serem analisados deve obedecer a orientação de algumas regras. A primeira é a exaustividade: deferência de todos os componentes constitutivos do corpus, detendo-se no fato de que exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos. A segunda é chamada representatividade: no caso da seleção de um número elevado de dados, efetua-se uma amostra, desde que o material a isto se preste. A amostragem é rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial (BARDIN, 2009). A terceira regra é a homogeneidade: os documentos retidos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não demasiada singularidade fora dos critérios. Por último, a pertinência: significa verificar se o corpus corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise, ou seja, se está concernente com o que se propõem o estudo (BARDIN, 2009).

Ressalta-se a necessidade de preparação do material, a qual constitui-se como uma fase intermediária, que compreende a reunião de todo material para tratar as informações produzidas (gravações, observações, etc.), com vistas à preparação formalizada dos textos. É importante destacar que as observações, realizadas pelo analista, têm um cunho enriquecedor quando da análise dos textos, considerando que estas também expressam com fidedignidade outros cenários de comunicação. A pré-análise do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas é feita então selecionando o corpus a ser analisado, e é procedido pela leitura flutuante de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise (VALA, 2000b). Na leitura flutuante toma-se contato com as narrativas a serem analisadas, conhece-se o contexto e deixa-se fluir impressões e orientações.

São empreendidas leituras do material produzido, a princípio sem compromisso objetivo de sistematização, mas sim tentando apreender de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais. Nesta fase da análise, o pesquisador precisa garantir que existe uma interação significativa com o material de análise, pois como um contato totalizante, muitas das impressões trabalhadas no contato direto com o sujeito afloram na lembrança e auxiliam na condução deste procedimento (VALA, 2000b). Nesta fase uma melhor assimilação do material e elaborações mentais que forneceram indícios iniciais no caminho a uma apresentação mais sistematizada dos dados são possíveis a partir de leituras flutuantes, promovendo uma visão que permite ao pesquisador transcender a mensagem explícita e de uma forma menos estruturada já conseguir visualizar mesmo que primariamente, pistas e indícios não óbvios.

A segunda fase, “exploração do material”, consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos com as chamadas “unidades de registros”, e a definição de regras de contagem, classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Bardin (2009) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

Nessa fase, o texto das entrevistas e de todo o material produzido é recortado. Como unidades de registro se apresentarão os parágrafos de cada entrevista, assim como textos de documentos, ou anotações de diários de campo. Desses parágrafos, as palavras-chaves são identificadas, faz-se o resumo de cada parágrafo para realizar uma primeira categorização. Essas primeiras categorias são agrupadas de acordo com temas correlatos, e dão origem às categorias iniciais. As categorias iniciais são agrupadas tematicamente e, originando as categorias intermediárias e estas últimas também aglutinadas em função da ocorrência dos temas, resultam nas categorias finais (VALA, 2000b). Assim, o texto das entrevistas é recortado (em palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências. Por este processo indutivo ou inferencial, procura-se não apenas compreender o sentido da fala

dos entrevistados, mas também buscar outra significação ou outra mensagem através ou junto da mensagem primeira.

A terceira e última fase, “Tratamento dos resultados, inferência e interpretação” consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material produzido (entrevistas, documentos e observação). A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes. Uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador é a seleção das unidades de análise, que frequentemente incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros. Existem várias opções na escolha dos recortes a serem utilizados, mas com maior interesse, o campo da análise temática (temas) tem sido usado, levando a sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise. Como coloca Jorge Vala (2000b), o tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias, classificada antes de tudo por uma sequência subjetiva, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas (VALA, 2000b).

A evidência das unidades de análise temáticas, que são recortes do texto, se consegue em um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta a mensagem explícita, ora de significações não aparentes do contexto. Difícil neste momento é delinear com absoluta transparência os motivos da escolha deste ou daquele fragmento, sem levar em consideração que a relação que se processa entre o pesquisador e o material pesquisado é de intensa interdependência (VALA, 2000b). Para tal são utilizados os objetivos do trabalho e algumas teorias como primeiros norteadores, porém, não se pode na análise dissociar-se ou abster-se do uso da subjetividade, que muitas vezes transcende as questões postuladas e é definitivamente necessária a uma análise deste porte. Pode-se dizer que a opção por essa ou aquela unidade temática é uma conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, às teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e às próprias teorias subjetivas do pesquisador. Neste constante ir e vir entre os objetivos do trabalho, teorias e intuições, emergem as unidades de análise que futuramente são categorizadas.

Quanto a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise, jamais esquecendo do rigor e da ética. Nesse sentido, Bardin ainda afirma que “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos a reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante” (BARDIN, 2009, p.123).

Na técnica proposta por Bardin (2009), reafirmada por outros autores como Flick (2009) e Vala (2000b), produzir inferências sobre o texto objetivo é o maior objetivo da análise de conteúdo: confere a técnica relevância teórica, implicando pelo menos uma comparação onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é limitada. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria. Segundo este ponto de vista, produzir inferências, em AC, significa não somente produzir suposições acerca de determinada mensagem, mas embasá-las com pressupostos teóricos e com as situações concretas visualizadas segundo o contexto histórico e social de sua produção.

#### 4.4.3 A triangulação de dados e a psicologia social

Buscaremos aqui pensar as possibilidades de triangulação de dados em pesquisa, apostando em seu potencial de ampliação de profundidade tanto quanto de construir abordagem crítica, que trate de possibilidades de avaliação da qualidade dos dados produzidos a partir das duas metodologias apresentadas até aqui. Vamos, a seguir, aprofundar nossa compreensão deste conceito, com as propostas de Uwe Flick (2009) e Fernando Gonzáles Rey (2005).

A triangulação de dados, uma das muitas possibilidades de triangulação em pesquisa, visa a combinação sistemática de diferentes abordagens no contexto da teoria. Seu pano de fundo deve ser a combinação de dados produzido pela mesma abordagem teórica (aqui no caso, a TRS) por diferentes questões metodológicas (as evocações livres analisadas pela técnica do núcleo central e a construção das quatro casas, em associação com a AC para as questões dissertativas), e seu resultado pode favorecer a existência e conexão de diferentes tipos de dados (FLICK, 2009). Se dá quando diferentes abordagens em um método são usadas sistematicamente e são teoricamente bem fundamentadas, favorecendo assim que abordagens metodológicas combinadas abram diferentes perspectivas, introduzam uma nova dimensão, comecem em níveis diferentes e ampliem em comparação a um único método a aquisição potencial de conhecimento. Mais potente será a triangulação se oferecer resultados complementares e especialmente desafiadores são os resultados divergentes que demandam mais explicação teórica e empírica, contribuindo assim para a promoção da qualidade.

A triangulação de dados em pesquisa como procedimento metodológico envolve construir formas de acessar, compreender e construir uma determinada realidade social através de métodos qualitativos, a partir de fatos objetivos, atitudes subjetivas, suas observações no presente, por material histórico, sobre observação não evidente da vida espontânea e entrevistas planejadas e diretas, entre outras combinações (FLICK, 2009). A combinação sistemática de diferentes abordagens no contexto metodológico busca favorecer a existência e conexão de diferentes tipos de dados.

Triangulação, conceito importado da agrimensura e geodesia, significa que uma questão de pesquisa é considerada a partir de pelo menos dois pontos. Triangular seria assim “ampliar as atividades do pesquisador no processo” (FLICK, 2009, p. 61). Diferentes tipos de dados dão ao analista distintas visões ou pontos de vista a partir dos quais entender uma categoria e desenvolver suas propriedades, e enquanto um psicólogo social pode usar uma técnica de produção de dados como base, a amostragem teórica para saturação de uma categoria possibilita uma investigação multifacetada, na qual não há limites, entendendo sempre que a questão em estudo também é constituída pelos métodos usados para estudá-la.

O processo comparativo de dados de pesquisa responde à demanda de convergir pontos manifestos no curso do processo, e é resultado de esforços de construção, não a origem do processo (GONZALEZ REY, 2005). Assim:

Embora a comparação possa ser um dos critérios que usamos no desenvolvimento de nossas posições, mais que em sua avaliação pode converter-se em critério central para a produção qualitativa, e muito menos para a legitimação do conhecimento produzido (GONZALES REY, 2005, pp. 139-140)

Combinar dados não significa que um deles seja usado para produzir e outro para analisar. Também não significa o uso exploratório dos métodos qualitativos antes do

estudo. Para definir então se o uso de múltiplos dados constitui triangulação, é necessário averiguar se o estudo foi visto como uma parte genuína e autônoma do projeto, e não usado apenas para desenvolver um questionário sem que seus resultados se tornarem parte das compreensões finais do estudo, como um todo (FLICK, 2009)

A triangulação no estudo dos mesmos fenômenos, segundo Flick (2009) pode ser feita de quatro formas: triangulação de dados; triangulação de investigadores; triangulação de teorias; e triangulação de métodos. Nos atentaremos aqui a chamada triangulação dados, que se trata de um processo de seleção bastante crítico e avaliação continua de decisões dentro da metodologia e sua adequação. O ponto de referência é a questão da pesquisa. Devemos considerar que cada forma de produzir um dado constitui sua questão de maneira específica, produzindo de forma única, nunca realmente comparáveis. Não se deve, assim, esperar simples congruência, mas mostrar distintas formas de constituir uma questão e concebe-la. Não se produz assim representações nem congruentes nem contraditórias, mas diferentes construções sobre um fenômeno.

Flick (2009) propõe uma triangulação sistemática de perspectivas, que não é uma combinação pragmática de diferentes métodos, e sim, levar em conta seus fundamentos teóricos. Entende que há uma única pesquisa qualitativa, e que se podem identificar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas de pesquisa, basicamente para o entendimento do sentido subjetivo do significado, a descrição da ação social e dos meios sociais, e a reconstrução de estrutura em profundidade que gere significados e ações. Sugere assim combinar métodos que captem aspectos estruturais de um problema, produzindo dados que possibilitem entender o sentido subjetivo e uma descrição de práticas e meios sociais, no emprego de uma abordagem interpretativa destas práticas, que devem ser combinados a uma abordagem reconstrutiva para analisar pontos de vista e sentidos além de uma situação ou atividade atual.

A triangulação de dados pode ser usada ainda para promover a qualidade na pesquisa qualitativa. Uma abordagem de triangulação sugere o uso de múltiplas áreas de conhecimento sistematicamente e uma combinação propositada de abordagens. Os diferentes tipos de pergunta visam assim a produção de diferentes tipos de dados (narrativas, argumentações, explicação de conceitos) para triangulá-los. É nesse sentido que Flick (2009) propõe que a possibilidade desta produção situa a pesquisa em diferentes níveis de concretude em relação ao entrevistado, visando suas representações. Alternar entre narrativas e situações que os próprios entrevistados vivenciaram e exemplos e ilustrações mais gerais, resultam enfim em estímulos, que não podem ser considerados perda da autenticidade ou validade, e sim como complementação da variedade de dados que compõem as respostas à pesquisa.

Diferenças entre as representações conceituais e as práticas que são mencionadas em exemplos e narrativas de situações se evidenciam na triangulação. A própria consistência que os métodos nos oferecem, de acordo com Gonzalez Rey (2005), podem resultar na impossibilidade de se definir por comparações os seus resultados, uma vez que não se dá pela comparação de dados produzidos por instrumentos distintos, mas pela capacidade do pesquisador em construir indicadores que, sem ser comparáveis, resultam em dados compatíveis com o momento atual da abordagem teórica (GONZÁLEZ REY, 2005). Sob o ângulo da qualidade na pesquisa qualitativa, essa estratégia pode proporcionar diferentes aspectos de sentido, experiência e relevância para os entrevistados e para o tema do estudo. Uma triangulação assim não visa apenas uma validação mútua de resultados, mas deve também captar o fenômeno em estudo em sua complexidade, de diferentes ângulos, concentrando-se por um lado, no sentido que o tema tem para os participantes, e por outro lado, analisando os aspectos estruturais do problema.

Contemplar, no panorama de uma pesquisa, o objeto pesquisado por dois tipos de dado, amplia o campo de uma pesquisa a partir de sua triangulação, permitindo avançar em questões antes não pensadas, se observadas apenas por um ou outro método. Os métodos qualitativos de pesquisa, úteis para responder as perguntas sobre o “como” e o “de que forma”, possuem objetos sempre históricos, sujeitos a interpretação e estudados em seu ambiente. A evolução destes estudos permitiu alcançar uma posição que busca, hoje, superar o dualismo epistemológico de abordagens explicativas e compreensivas, apresentando-se em oposição à perspectiva positivista como forma única para conhecer a realidade.

A triangulação entre as representações sociais produzidas a partir das evocações livres tanto quanto pela narrativa das questões dissertativas vistas através da AC, viabilizada através de entrevistas semiestruturadas, de questões abertas e fechadas, explora a combinação destas diferentes abordagens das representações sociais, diferenciando a produção de dados em dois momentos distintos: a questão formulada através da associação livre perante exposição a um termo indutor propicia dados no geral abstratos, generalizáveis, muitas vezes descontextualizados de situações e eventos específicos, mas que orientam conceitos, definições e relações. Representa o conhecimento normal, baseado em regras e generalizado em grande quantidade de situações. A este tipo de dado, chamamos semântico-conceitual, pois se refere ao significado representado socialmente de determinado objeto de pesquisa, e sua conceitualização (FLICK, 2009); já as respostas dissertativas, produzidas a partir de questões abertas, são voltadas a uma narrativa das experiências, orientadas a situações específicas e seu progresso, sensíveis ao contexto no qual as experiências acontecem, mas focadas em aspectos individualizados, nem sempre compartilhados. É desenvolvido a partir de experiências pessoais e íntimas, e não generalizáveis. Denominamos este tipo de dado de narrativo-episódico, pois trata da forma como algo se implica e se aplica na vida cotidiana (FLICK, 2009).

Críticas que devem ser consideradas ao pensar as possibilidades metodológicas de uso da triangulação são a de uma certa posição “interacionista” que tal relação pode levar, pressupondo que diferentes métodos representam o “mesmo fenômeno”, de forma semelhante ou até mesmo equivalentes, e crer que tal observação poderia levar a garantia de “fidedignidade” de uma metodologia triangulada, afirmando que se de fato diferentes métodos encontram um mesmo objeto, isto seria em si prova de alguma qualidade na capacidade de descrever aquela realidade.

Como debate González Rey (2005), pretender a triangulação dos dados por sua consistência é em si uma inconsistência em termos de construção teórica, uma vez que a consistência da informação produzida pelos instrumentos e métodos de pesquisa aparece como construção que não se revela pela comparação coincidente de diferentes dados. Não podemos ignorar que cada método constitui também os temas que serão estudados com ele de forma específica, e diferentes métodos aplicados a um mesmo objeto não necessariamente levarão aos mesmos resultados, sem que isso possa dizer nada sobre sua qualidade. Assim, é importante não assumir essa interação na busca por qualquer qualidade em pesquisa, pois a triangulação por si não serviria a esse fim específico (FLICK, 2009).

Outra importante preocupação que deve ser mantida ao usar da triangulação de dados em pesquisa é o risco de ignorar ou negligenciar as implicações de uma posição teórica e o uso de métodos resultantes dela. A triangulação não reduz necessariamente o viés, nem aumenta a validade. As teorias são produto de fundamentações bastante diferentes e pode-se até ter um quadro mais completo, mas não um quadro objetivo. Flick afirma nesse sentido que “as combinações podem acrescentar amplitude e profundidade,

mas não precisão” (FLICK, 2009, p. 69). Assim, a triangulação deve ser vista menos como estratégia de validação do que uma alternativa a ela, combinando teorias e métodos cuidadosa e propositadamente, com intenção de aumentar o fôlego ou a profundidade de nossa análise, mas não pelo propósito de buscar uma suposta “verdade objetiva”. Os pesquisadores comprometidos com o método da triangulação devem, neste sentido de busca por qualidade, comprometer-se com um “rigor sofisticado”, que significa tornar seus esquemas empíricos e interpretativos o mais público possível, detalhando de forma cuidadosa a natureza da estrutura de amostragem usada. Gonzalez Rey (2005) dialoga com esta discussão quando afirma:

Definir a triangulação como via para legitimar o conhecimento produzido pela pesquisa significa legitimar a coleta de dados como produção de informação asséptica, sobre a qual outro pesquisador pode opinar de igual forma, sem que se importe seu vínculo com os dados a serem analisados (GONZÁLEZ REY, 2005, p.140)

A triangulação de dados se refere mais a buscar múltiplos lugares e níveis para o estudo do fenômeno em questão. O objetivo da triangulação múltipla é uma abordagem de pesquisa embasada de forma integral. A realidade objetiva nunca será captada, então a busca é por compreensão e profundidade, e não validade.

No estudo das ciências humanas e sociais sobre pesquisa, a interpretação é parte sempre decisiva e fundamental do processo de pesquisa. Não é possível assim pensar em neutralidade, distanciamento e imparcialidade, e é a devida implicação do pesquisador com as descrições dos processos, exposições éticas de suas inferências e interpretações, e possibilidade de dispor aos pares seus métodos, o caráter definitivo das garantias de qualidade da pesquisa. Nessa abordagem, tornar transparente o processo de investigação é requisito de sua qualidade (por isso a parte descritiva da metodologia requer uma escrita mais detalhada). A análise é realizada em profundidade, e para isso precisamos de material descrito de maneira densa, meticulosamente detalhado.

Optamos em reconhecer assim um material de campo que não se coleta, pois não está dado. É na realidade produzido na relação pesquisador-pesquisa-pesquisados, e por isso, fazemos a opção ético-política do uso da expressão “produção” quando nos referimos ao instante decisivo da ação de pesquisa. Por esse motivo, nossos estudos acabam muitas vezes não sendo repetíveis, e mesmo por isso devemos buscar dar pistas ao leitor sobre as condições que fizeram possível essa produção de material, e não outra. Muitas vezes, compartilhamos o objeto de trabalho e o objetivo do trabalho com nossos sujeitos de pesquisa, e por isso, frequentemente, precisamos nos colocar num lugar de estranhamento com nossas pesquisas, sem se esquecer que o dever do intelectual seria sempre o de mostrar as estruturas de seu pensamento. Consideramos esse o dever e papel de todo pesquisador.

## 5. PISTAS DE UM ROSTO MASCARADO

*A máscara não esconde o rosto, ela o é*  
Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil Platôs Vol. III* (1995)

A partir daqui, observaremos e iniciaremos análises acerca dos dados produzidos a partir de nosso questionário, construído junto a metodologia já destacada, e que obteve, junto aos grupos descritos, 101 respostas nos 3 meses (março a maio de 2017) em que divulgamos e disponibilizamos suas questões aos grupos pesquisados.

Dividiremos esta apresentação em três instantes: inicialmente, apresentamos os dados chamados sociodemográficos dos respondentes, informações que auxiliam na compreensão do público entrevistado e as futuras interpretações dos outros dados; em seguida, trazemos os termos produzidos como representações sociais do uso de máscaras em protestos a partir da pergunta de evocação livre frente ao nosso termo indutor, discutindo-os na forma de sua estrutura; prosseguimos com as respostas dissertativas para perguntas abertas, que constroem narrativas que aqui trataremos pelos elementos que compartilham, na construção de categorias. Ao fim, pensaremos através de comunalidades a triangulação dos dados produzidos por esses dois métodos de pesquisa, visando reconhecer que possibilidades novas, que profundidade de compreensão ou alargamento dos horizontes da pesquisa estes possibilitam.

### 5.1 Dados Sociodemográficos

Iniciamos com os dados sociodemográficos gerais produzidos pela pesquisa, analisados a partir de frequências simples: idade, escolaridade, renda e trabalho. Estes apontam a idade média dos respondentes em torno de 30 anos, variando de 18 para o mais novo (data mínima para participação na pesquisa), a 65 anos para o mais velho.

**Tabela 1**  
**Qual seu grau de escolaridade?**

	Frequência	%
Ensino Médio Completo	10	9,9
Ensino Superior Incompleto	28	27,7
Ensino Superior Completo	30	29,7
Pós-Graduação Completo	33	32,7
Total	101	100,0

A escolaridade (Tabela 1) fica na proporção de 10% com Ensino Médio Completo, 27% com Ensino Superior Incompleto (ou em andamento), 29% com Ensino Superior Completo e 32% com Pós-Graduação Completo. Importante destacar que não houve respondentes com o Ensino Médio Incompleto em nossa amostra, apesar de dispormos esta opção.

Já a renda média mensal do público entrevistado (Tabela 2) situa nossos respondentes na proporção de 6% para até um salário mínimo, 25% com até dois salários mínimos, 27% entre dois e três salários mínimos. 10% entre três e quatro salários mínimos, 11% entre quatro e cinco salários mínimos, e 20 % mais de cinco salários mínimos. A alta presença de sujeitos com graduação completa e até pós-graduados, acima

das médias nacionais<sup>4</sup> constrói também um perfil compatível entre renda média mensal e a idade média dos participantes, situando a maior parte da amostra entre a chamada classe média.

**Tabela 2**  
**Em termos aproximados, qual sua renda familiar atual?**

	Frequência	%
Até um salário mínimo	6	5,9
Até dois salários mínimos	25	24,8
Entre dois e três salários mínimos	28	27,7
Entre três e quatro salários mínimos	10	9,9
Entre quatro e cinco salários mínimos	11	10,9
Mais de cinco salários mínimos	21	20,8
Total	101	100,0

Importante dizer, entretanto, que não podemos afirmar o perfil desta amostra como completamente representativo dos grupos pesquisados, uma vez que este não foi aqui um dos objetivos da pesquisa. Assim, tratamos aqui daqueles que se interessaram em participar da pesquisa, a legitimando e reconhecendo como importante, evidenciando que no nosso caso, esses sujeitos atraídos a participar são em maior parte aqueles que se identificam com a temática e as práticas de uma pesquisa acadêmica, sendo grande parte também pesquisadores ou envolvidos de alguma forma com esta prática.

Dos respondentes, 62% declaram que trabalham (Tabela 3). Destaque para a presença de muitos professores (14 casos) e outras profissões como pesquisador ou estudante de pós-graduação (06 casos), além de profissionais da saúde que declaram atender em consultórios particulares e de diferentes modos se colocam como profissionais autônomos, como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e médicos (juntos somam 09 casos).

**Tabela 3**  
**Você atualmente trabalha?**

	Frequência	%
Sim	62	61,4
Não	39	38,6
Total	101	100,0

## 5.2 Dados das Representações Sociais

### 5.2.1 Evocação livre

As evocações livres e as representações sociais foram vistas aqui a partir da proposta teórica de Abric (1998) e Sá (1996) acerca da abordagem estrutural, e analisadas com o auxílio do software EVOC 2003®, que combina a frequência da evocação de cada palavra com sua ordem de evocação, buscando estabelecer o grau de saliência dos elementos da representação em cada grupo. A organização dos dados, seguindo essa

<sup>4</sup> Segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) divulgados pelo IBGE em fevereiro de 2015, o percentual de trabalhadores do país que têm nível superior completo é 16% da população nacional. Mais informações podem ser consultadas em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149)

orientação, ofereceu quatro quadrantes (Tabela 4) que determinaram o provável núcleo central na estrutura destas representações sociais.

**Tabela 4**  
**Núcleo central e periferias das Representações Sociais**

Frequência $\geq 15$ e Ordem média de evocação $< 2,4$			Frequência $\geq 15$ e Ordem média de evocação $\geq 2,4$		
black-bloc	31	1,871			
anonimato	27	2,333			
proteção	22	1,955			
esconder	15	1,067			
vandalismo	17	2,294			
Frequência $< 15$ e Ordem média de evocação $< 2,4$			Frequência $< 15$ e Ordem média de evocação $\geq 2,4$		
medo	13	2,231	resistência	10	2,900
segurança	13	1,462	ação-direta	9	2,889
sem-identidade	9	2,111	defesa	7	3,571
tática	8	2,375	violência	7	3,000

As representações sociais construídas pelo grupo pesquisado aqui acerca do termo indutor “uso de mascaras” no contexto das em manifestações sociais pós-junho de 2013, a partir das frequências e ordem de evocação e reconhecidas de forma estruturada, nos traz como provável núcleo central os elementos “anonimato”, “black-bloc”, “esconder”, “proteção” e “vandalismo”. Analisaremos aqui os termos que compõem esse núcleo central, dialogando principalmente com a concepção já descrita no capítulo 2 acerca das quatro funções essenciais das representações sociais apontadas por Abric (1998). Associaremos ainda, a partir das discussões do mesmo autor e de Flament (2001), as representações do núcleo central com elementos relacionados nas periferias, observando assim as formas coerentes que as estruturam e entendendo como o núcleo central ocupa um papel normativo em detrimento do papel mais funcional dos sistemas periféricos.

O termo “black-bloc”, que aparece com grande frequência e importante média de evocação trata-se de uma estratégia de ação direta nas ruas que envolve a resistência à dispersão praticada pelas polícias, visando sustentar o movimento, como também as ações diretas de depredação de patrimônio símbolo do sistema capitalista, de bancos e grandes corporações até redes de *fast-food*, entre outras. É um gesto político que surge em cena a partir de 2013 no Brasil, principalmente por sugerir na representação central dos discursos midiáticos e de governantes, o papel identitário (ABRIC, 1998) de grupos manifestantes que se associam a violência e ao vandalismo, e por isso aparecem aqui como identificador talvez de quem seriam os promotores destas ações. É possível reconhecer que, com dado quadro, um importante atravessamento as nossas representações já se apresenta como os enunciados midiáticos dos veículos de comunicação tomado nas respostas, visto que foram esses que promoveram amplamente a rotulação “black-bloc” para reconhecer os manifestantes, e afirmaram este como grande aspecto de diferenciação entre estes e os manifestantes pacíficos, através do rótulo do “vandalismo”, outro termo do núcleo central e expressão também comum nos discursos da mídia, além de “violência”, evocação que surge com importância na segunda periferia.

O fato de “anonimato” e “esconder” surgirem com alto grau de importância nas evocações, além de “sem-identidade” na zona de contraste, caracterizam um outro fenômeno. Estas, sem dúvida, falam de um uso da máscara em protestos que busca

garantir a ocultação da identidade, entretanto o fato de serem expressadas de forma distinta não nos passa despercebido, e carece de uma análise mais aprofundada, que tentaremos dar conta a seguir. Por hora, reconhecemos que “esconder” nos traz à reflexão esse elemento sobre a ocultação pura e simples da identidade individual, enquanto assumir o “anonimato” é algo mais complexo, no sentido de que pode sugerir tanto uma função justificatória como abordada por Abric (1998) como, a princípio ao menos, uma função também identitária dos manifestantes, principalmente a partir dos discursos midiáticos, por exemplo, como os que fazem associação ao grupo de ciberativismo *Anonymous* - que se descreve como “uma legião”, podendo ser qualquer um, em qualquer lugar, e muitos ao mesmo tempo. É símbolo do grupo a máscara do revolucionário Guy Fawkes, que aparece no filme “V de Vingança”, e foi amplamente usada nas manifestações a partir de 2013 no Brasil, sendo importante reflexo dessa associação.

“Proteção” parece tratar também de outra importante evocação. Se associa a outras como “segurança”, da zona de contraste, “resistência” e “defesa” da segunda periferia. Anonimato e proteção são talvez as duas representações que surgem no nosso núcleo central visando representar aquilo que se tem como objetivo, com funções justificatórias (ABRIC, 1998) da prática do uso de máscaras em manifestações. A “proteção” é assim, outra característica ativa desta prática, que trata do desejo de permanecer na ação de protesto, resistir a repressão do mesmo, e talvez até garantir uma postura combativa, de enfrentamento desta repressão. Os elementos “segurança”, assim como “defesa”, referem-se principalmente a outro caráter, talvez mais passivo que “proteção”, com função entre as justificativas e de saber em relação a prática do uso de máscaras, visto que remetem a uma ação não tanto combativa ou de resistência ao confronto, mas de busca por garantias defensivas. Podem ser assim reconhecidos como função “de orientação”, nos termos de que trata Abric (1998).

Na primeira periferia não tivemos nenhum elemento que aparecesse em destaque. Esta periferia é construída por elementos com alta frequência, mas menor ordem de evocação, e a ausência de expressões aqui revela que as representações mais evocadas também foram evocadas mais prontamente, construindo um núcleo central rígido. Pode se justificar ainda por um questionário que apresentava como obrigatória apenas a respostas a três primeiras evocações, sendo as duas últimas opcionais, carregando assim nossas representações de uma ordem média de evocações baixa.

Na zona de contraste, temos as evocações “medo”, “segurança”, “sem-identidade” e “tática”. Aqui, fica marcado um importante atravessamento da relação da prática manifestante com o uso de máscara associado, que é o sentimento de “medo”. Vale ressaltar que este demarca de forma importante como estas relações se constroem, pois mesmo que hajam outros sentimentos como raiva, indignação, ou esperança envolvidos em uma ação de protesto, é o medo que representa aqui o sentimento primeiro que constrói e une em favor do ato e do uso de máscara. “Tática” marca o contraponto destes manifestantes a leitura hegemônica de que elementos como “black-bloc” e “anonimato” seriam identitários dos grupos que assumem a prática do uso de máscaras, reconhecendo essa na experiência, como um uso estratégico que não se constrói em um grupo específico, mas pode ser usado ou não por grupos distintos.

Na última periferia, “resistência”, “ação-direta”, “defesa” e “violência” são as evocações que compõem o quadro final das representações sociais do uso de máscara em protestos, produzidos através das questões de nossa pesquisa. Destaque ao elemento “ação-direta”, que é um princípio anarquista que trata principalmente do caráter prático e de ação dos movimentos ligados a essa ideologia. A “defesa”, “resistência” e “violência”, já discutidos em suas associações aos termos mais centrais até aqui, compõem juntos

nesse quadro um grupo de representações que inclui características principalmente de intencionalidade dos usos de máscara em protestos.

Assim, vimos aqui como as evocações apontam para a importância atribuída ao fenômeno e pela forma como posicionam-se de uma forma compartilhada os entrevistados frente a essas questões de debate na sociedade.

### 5.2.2 Respostas dissertativas

A AC como conjunto de técnicas, se vale da comunicação como ponto de partida. Sempre feita então a partir da mensagem, tem a finalidade de produção de inferências e interpretação como uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras já aceitas. Através da técnica, aqui usada a partir de Bardin (2009), Flick (2009) e Vala (2000a), produzimos inferências sobre o texto de forma objetiva, não somente suposições acerca de determinada mensagem, mas as embasando com os pressupostos teóricos e com as situações concretas visualizadas segundo o contexto histórico e social dessa produção.

Buscamos aqui com a Análise de Conteúdo (AC) analisar de forma concreta e operacional os dados qualitativos produzidos nas questões abertas de nosso questionário de forma narrativa, valorizando o potencial de compreensão que a técnica traz sobre o que foi dito. Buscamos na análise de material classificar em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos, compartilhados e construídos socialmente, uma vez que é uma técnica também interpretativa sobre textos para seu contexto.

**Tabela 5**  
**Você já usou máscaras em protestos?**

	Frequência	%
Sim	26	25,7
Não	75	74,3
Total	101	100,0

Apresentamos assim, sobre as três questões abertas e dissertativas presente em nosso estudo, a análise de pontos compartilhados, com elaboração de categorias que permitem entender respostas e construir suas devidas associações às evocações presentes nas representações sociais.

Se a resposta for “sim” à questão “Você já usou máscara em protestos?”, esta se desdobra em: “Como foi? Compartilhe conosco a sua experiência”  
(26 casos de 101 respostas, ou 25%)

A análise das respostas obtidas nesta pergunta nos permitiram a construção de três categorias específicas, que observam aspectos compartilhados e padrões de resposta a questão, destacados aqui nos termos “experiência” (10 dos 25 relatos, ou 40%), “justificativa” (10 dos 25 relatos, ou 40%), e “construção de identidade coletiva” (5 dos 25 relatos, ou 20%). Trazemos a seguir, um pouco sobre essas categorias, o que compartilham e exemplos de respostas que as compõe:

Experiência: Nesta primeira categoria, a pergunta inicial conduz a uma partilha das experiências pessoais com o uso de máscaras em protestos. Importante destacar que o compartilhamento de uma vivência, a qual conduz a ideia da narrativa, é a essência da pergunta feita quando trata do “como foi” estar ou participar desta experiência. Neste

sentido as respostas se direcionam a relatos pessoais da vivência dos protestos, do sentimento em torno do efetivo uso de uma máscara no instante de uma manifestação, e de relatos de confronto, fuga ou resistência frente a ação repressora das agências de segurança pública. Entre esse grupo de respostas que se ateve a questão, vemos relatos como:

As máscaras ajudam bastante, tanto com os gases, com a identificação pessoal, até mesmo com a identificação de gênero, as vezes me sinto mais insegura por ser mulher e agir na área de confronto e também não ter um "bando" (21 anos, superior incompleto).

Fui espancada por três policiais militares do Rio de Janeiro, tive minha mão quebrada, meu corpo ficou todo roxo. Se eu não tivesse de máscara, não sei se as agressões se dariam apenas durante a manifestação (19 anos, ensino superior incompleto).

Justificativa: Nesta segunda categoria de respostas, algumas pessoas frente a questão narrativa optaram por dissertar no sentido de uma justificativa e análise dos motivos que levaram a prática do uso de máscaras, respondendo à questão mais em termos de um “porque” que de um “como” da original proposta da pergunta. É importante reconhecer como essa resposta justificativa aparece em muitos relatos como resposta mais imediata, evidenciando uma preocupação em ater-se a uma posição de defesa dessa prática, criminalizada pelas agências do Estado e tida como contraditória e julgada não só por discursos como os midiáticos e governamentais como também por outros movimentos de luta. Exemplos desse tipo de resposta são:

A máscara é um elemento comum em toda manifestação que estive, seja pela performance subversiva, pelo gás, anonimato, segurança ou coerção coletiva. Em meio a sociedade de informação e controle a máscara, é, para mim, uma ferramenta de autodefesa, espontaneamente forjada das revoltas populares (21 anos, Ensino superior incompleto).

Na sociedade injusta que vivemos lutar é um dever e resistir uma necessidade. Uso mascarar (pano no rosto, camisa amarrada, essas coisas, não mascarar como a do V de Vingança) para me proteger (19 anos, superior incompleto).

Construção de identidade coletiva: Aqui surgem, apesar de representar em termos estatísticos o menor grupo de respostas dentro do quadro, uma interessante elaboração que permite perceber sobre de que anonimato e de que identidade falam os manifestantes quando se associam às práticas de ocultação. Trata de entender o uso de máscara como esse distanciamento do indivíduo e das identidades, em detrimento à construção de uma identidade coletiva. Os relatos componentes desta categoria aqui ocupam ora o lugar também da experiência, ora da justificativa, mas destacam-se por compartilhar esse aspecto da construção de uma identidade de grupo presente no anonimato. São exemplos desses relatos:

O uso da tática permite a impessoalidade, é uma experiência de anonimato e ação coletiva, diante de uma sociedade fragmentada pelo individualismo e a violência de Estado (36 anos, Professora com pós-graduação completa).

Uso sempre uma blusa amarrada na cabeça, deixando só os olhos de fora. Tenho medo da identificação da polícia e perseguição. Não uso para quebrar nada, mas acho que esconder o rosto faz você fazer parte do movimento (21 anos, superior incompleto).

Se a resposta for “não” à questão “Você já usou máscara em protestos?”, esta se desdobra em: Na sua opinião, o que leva alguém a usar máscaras em protestos?  
(75 casos de 101, ou 75%)

Importante, antes de entrar em uma análise dos dados aqui produzidos, discutir que estes correspondem a maioria dos casos de respondentes em nossa pesquisa, evidenciando que mesmo tratando-se de sujeitos implicados em práticas de luta e protesto, a maior parte deles relata não fazer uso de máscaras em manifestações. Isto traz importante dado a considerar, uma vez que lidamos então com uma prática que mesmo discutida e reconhecida nos grupos, não são próprias de uma maioria, ao menos entre nossos respondentes. A análise das respostas obtidas nesta pergunta nos permite a construção de sete categorias específicas, observando seus aspectos compartilhados e padrões de resposta à questão. Destacamos aqui as categorias “anonimato” (24 de 75 respostas, ou 32%), “proteção e anonimato” (11 de 75 respostas, ou 14%), “proteção” (9 dos 75 casos, ou 12%), “julgamento” (8 dos 75 casos, ou 10%), “construção de identidade coletiva” (7 de 75 casos, ou 9%), “fantasia” (5 de 75 casos, ou 7%) e em menor número, algumas respostas que não se enquadram em qualquer destas categorias anteriores (4 de 75 respostas, 5%). Novamente, trazemos a seguir um pouco sobre o que compartilham essas categorias e exemplos de respostas que às compõe:

Anonimato: Esse grupo de respostas compartilha entre si uma narrativa que, assim como a categoria “justificativa” construída a partir das respostas à questão anterior, busca reconhecer as causas, defesas do uso de máscaras. A pergunta feita pelo questionário e originária das respostas aqui em análise, mesmo que focadas em uma busca pela narrativa da experiência, abrem porta a esse caráter justificativo por tratar de uma experiência não pessoal, uma vez que quem fala agora são aqueles que não assumem praticar o uso de máscaras, colocando opiniões sobre ou impressões a partir de um contato com quem pratica ou suposições pessoais. Constrói-se assim também uma defesa da prática ao apresentar o que se configura como razões possíveis para tal. Aqui, separamos respostas que se atentam exclusivamente a ocultação da identidade. São representativas desse grupo, respostas como “não querer ser identificado” (22 anos, superior incompleto), ou “a possibilidade de fazer protesto sem ser identificado” (65 anos, pós-graduado e profissional da saúde e qualidade de vida no trabalho).

Proteção e Anonimato: As respostas desse grupo compartilham também de uma narrativa justificatória. Especificamente aqui, reconhecem as causas do uso de máscaras não só nas questões de ocultação da identidade e busca do anonimato, mas também consideram em conjunto o caráter de proteção que esta prática envolve. É resposta que exemplifica tal categoria:

[...] percebo dois grupos: Alguns buscam anonimato para realizar ação de confronto direto com a polícia. Outros, que representam a maioria dos manifestantes e não fazem ação direta buscam proteger o rosto das bombas, spray de pimenta lançado pela polícia. Antes bastava ver quem estava organizando um ato, se você concordava ou não com a pauta. Hoje, além disso, as pessoas olham dicas, maneiras de proteção, como auxiliar outros manifestantes, como se estivessem indo para uma guerra

e não apenas para um protesto (27 anos, superior completo e assistente de projetos).

Proteção: Nesse grupo de respostas, o que se compartilha também é uma justificativa que busca reconhecer as causas do uso de máscaras, entretanto respondem apontando unicamente o aspecto protetivo destas, pensando em situações de confronto com as forças de segurança pública e de resistência a repressão destas agências. É resposta representativa desse grupo:

Proteger a face do gás ardido e que causa vômitos, proteger os olhos de balas de borracha que podem cegar no caso de máscaras rígidas. Só quem sabe o quanto o vinagre já o livrou deste mal-estar, sabe como é importante usar um pano umedecido para proteger o rosto [...]. Estou me preparando para improvisar uma máscara protetora para amanhã (1º de maio de 2017) e talvez levar o meu capacete de bicicleta (38 anos, superior incompleto e trabalha em casa, como autônoma).

Julgamento: Nas respostas que compõem esse grupo, os respondentes apontam não só para o que acreditam levar ao uso de máscaras, tido entre a ilegalidade ou a imoralidade, mas também avançam sobre denúncia desta prática vista como controversa, atribuindo um juízo de valor negativo. Apresenta-se claramente como uma categoria de respostas que não legitima ou não concorda com o uso de máscaras como forma de protesto. É exemplo de resposta que compõe esse grupo o seguinte:

Pessoas que não estão lá para manifestações pacíficas, mas sim para cometer atos de vandalismo e violência e atrapalhar o verdadeiro propósito das manifestações (26 anos, ensino superior completo).

Construção de identidade coletiva: Novamente, aqui surgem em número reduzido mas presente de forma coesa, relatos que se destacam por lidar com esse aspecto do anonimato como construção de uma identidade coletiva, social nos protestos, enquanto se ocultam as identidades individuais. Esta elaboração se torna ainda mais interessante na medida em que aparece no discurso tanto de quem assume quanto quem não faz uso de máscaras, permitindo perceber tal ato como esse distanciamento do indivíduo e das identidades. É exemplos desses relatos:

Ocultar o rosto para não ser identificado, sendo isto para diversos fins, como para que um rosto não tire a relevância da causa, por exemplo (22 anos, Ensino superior incompleto).

Fantasia: Estes curiosos aspectos explorados nas respostas, e que remetem a um aspecto lúdico do uso de máscaras, como fantasias e máscaras de entretenimento, se associam a uma prática diferenciada do uso de máscaras que foge as respostas de maior expressão na pesquisa (entre a proteção ou anonimato), revelando um aspecto que busca transmitir uma mensagem em si, como na resposta: “Se transformar na fantasia que gostaria de ver na sociedade” (34 anos, pós-graduado e fotógrafo freelancer). É outra frase representativa da categoria:

Não querer ser reconhecido ou insinuar algo, por exemplo, usar máscara de palhaço. Às vezes, proteção própria, outras, medo de retaliação. Há ainda aqueles cuja máscara é seu protesto e, por fim, os baderneiros que vão para desmerecer o movimento, embora, em alguns momentos,

concorde que esses últimos são os que chamam atenção para o movimento e dão voz a ele (27 anos, pós-graduação completa).

Por fim, e se desejar, deixe aqui livremente suas opiniões

*(27 respostas de 101, ou 27%)*

A possibilidade de dissertar livremente sobre o tema, colocada como opcional aos participantes ao final da pesquisa, foi utilizada por 27% dos entrevistados. Em uma simplificada análise de conteúdo destas respostas, evidenciamos três grupos: primeiro os que avançaram de forma mais livre no entendimento do fenômeno do uso de máscaras em protesto, maior parte das respostas a esse item (18 casos ou 66%). Outros deram opiniões pessoais sobre posturas políticas e as próprias manifestações em si (4 casos ou 14%), e em menor proporção, alguns opinaram sobre a pesquisa em si, a elogiando ou criticando, etc. (3 casos, 10%). Sobre o uso de máscaras, é exemplo:

Penso que o uso de máscaras serve dentro da lógica de atuação de movimentos mais radicais, como os adeptos da tática black blocs e de militantes anarquistas e antifascistas, como forma de proteção mesmo. Seja em relação ao embate direto com as forças de repressão do Estado, seja para impedir futuras identificações e perseguições políticas como as que aconteceram com alguns militantes pós 2013. Acredito que o sentido político das máscaras vai muito mais como função instrumental, no sentido mesmo de utilidade, de auxílio, do que uma ocultação criminosa ou coisa parecida com isso. Claro que deve haver um aspecto identitário importante, como identificação dentro do próprio movimento, mas as experiências que tive contato com pessoas que usavam máscaras ou cobriam o rosto durante as manifestações eram para fins de proteção mesmo, proteção da identidade e proteção contra os gases da repressão (28 anos, pós-graduação completa).

Sobre opiniões políticas diversas, frases como “All Cops Are Bastards” (22 anos, ensino superior incompleto), *slogan* internacional contra a repressão policial, ou “Não acabou, tem que acabar. Eu quero o fim da polícia militar” (27 anos, ensino superior incompleto), evidenciando uma discussão extensa que é pauta de movimentos sociais e de políticas pelos direitos humanos, que trata de pensar a militarização das polícias atual, que lidam com a população em geral como inimigos a serem combatidos, etc.

E são exemplos dos casos que opinaram sobre a pesquisa em si, a elogiando ou criticando, frases como “Boa pesquisa! Bom trabalho! Abraço” (38 anos, superior incompleto e trabalhadora autônoma), ou “Achei as perguntas meio vagas” (31 anos, jornalista e pós-graduado).

### **5.3 Discussão**

Tendo percorrido até aqui este trajeto de compreensão teórico e metodológico a que nos propomos, e analisado em conjunto as respostas das 101 entrevistas realizadas nessa pesquisa junto aos dois grupos militantes, podemos enfim pensar alguns importantes pontos sobre tudo que até aqui vimos, e tecer associações entre estes dados e as teorias, autores e método, realizar juntos essa discussão.

O uso de máscaras em manifestações sociais no Brasil, evidenciado a partir de junho, tem sido prática recorrente nas ações dos grupos autônomos e libertários desde então. Vem sofrendo da criminalização, identificada nos discursos hegemônicos como associada aos confrontos com as forças de segurança pública e atos de vandalismo.

Buscamos pensar para além dessas óbvias associações (tão perpetradas no campo discursivo), e perceber possibilidades novas de compreensão, como a que Mattoso nos traz quando reconhece que as sociedades contemporâneas só preservaram – e assim só conseguem mesmo reconhecer - o uso lúdico ou ilusório das máscaras (MATTOSO, 2013). Buscamos aqui ir ao encontro de uma performance que vai além de tal representação: um uso das máscaras que, mais que retirar a expressão facial do rosto, manifeste no cotidiano algo que não se poderia antes ver. Que sustente e que faça, a cada novo protesto, que centenas de pessoas se disponham a lutar para expressar-se livremente, mesmo que seja necessário resistir ou confrontar os aparatos repressivos do Estado. Entendemos aqui que mais que uma luta por esse direito (democrático e constitucional), o que se busca com tais lutas é a construção de um comum (HARDT E NEGRI, 2005).

E quando trazemos a questão da luta pelo comum e a forma da multidão como sua expressão mais recente, se torna importante lembrar e reconhecer as características que fazem dela esse importante novo ator do nosso cenário político: seu aspecto que se diferencia tanto da forma do povo e sua construção de uma identidade compartilhada, ou da uniformidade necessária a formatação das massas (HARDT E NEGRI, 2005). O comum produz, em torno dos sujeitos que compõem a multidão, um processo de interação, e sua diferença interna cobre a comunicação, a cooperação e a colaboração, se produzindo nos instantes dos atos, segundo uma organização política fluída e em redes, e que se desloca da autoridade para relações colaborativas.

Assumindo, a partir da discussão teórica aqui, que nossos centros urbanos são mesmo construídos na mesma medida em que constroem as subjetividades daquelas que os habitam, falamos então de um movimento de luta que não se restringe só e simplesmente pelas pautas mais urgentes que carregam (seja contra um aumento de passagens, a remoção de populações de determinado território ou contra políticas de austeridade, etc.). Não falamos apenas da construção de uma cidade ou sociedade mais justa, mas também de éticas compartilhadas, construídas sobre as dinâmicas que atravessam nossa experiência e movimentos no que ainda há de comum na cidade (GUATARRI, 1981). A partir disso, reconhecemos as lutas como também construção de novos e mais espaços comuns, valorizando estes como lugares de encontro (e as vezes, confronto) dessas éticas de luta e resistência, e de busca por novos usos e sentidos para a cidade, através de mudanças que abram possibilidades para novas relações (LAFREBVE, 2011).

A cidade, este território onde se dão nossas tentativas de construção de um mundo mais próximo do nosso desejo, é o lugar da vivência da cidadania (HARVEY, 2013). E os atuais projetos de uma política e economia de organização e gestão do território baseados na lógica de mercado, que na contemporaneamente marca a ausência de acesso igualitário aquilo que a cidade dispõe, é o que se parece combater a cada novo protesto, a cada nova manifestação. Assim, os movimentos de busca pela construção do comum, nas lutas pelo direito à cidade e que assumem a forma da multidão, são expressão do que há de mais potente como luta contra o capital, esse frio regulador de uma outra política da construção dos espaços compartilhados.

Ao trazemos as representações sociais construídas pelo grupo pesquisado acerca do termo indutor “uso de mascaras” no contexto das manifestações sociais pós-junho (Tabela 1), as reconhecendo de forma estruturada, atendemos ao primeiro objetivo específico de nossa proposta de pesquisa. Tal análise apresenta a organização dessas representações, divididas em quadrantes organizados como núcleo central, primeira periferia, zona de contraste e segunda periferia. A partir das frequências e ordem de evocação, nos traz como provável núcleo central os elementos “black-bloc”, “anonimato”, “esconder”, “proteção” e “vandalismo”, que organizados assim através da

análise do software EVOC®, e atende ainda a nosso segundo objetivo específico, construindo as centralidades das representações sociais e sua importância como construtoras deste fenômeno social.

As evocações formuladas pela associação livre, perante exposição ao nosso termo indutor “uso de máscaras” no contexto das manifestações e protestos, trouxeram definições, relações com a prática e de descrição destas, revelando elementos ricos como a atribuição de identidade (black-blocs, vândalos ou violentos, por exemplo), discursos justificatórios à tais práticas (busca por proteção ou anonimato) e um caráter afetivo emocional por trás dessas (como o medo), entre outros. Assim, as representações sociais mostram esse aspecto de significação semântico-conceitual, como discutido por Flick (2009) e Vala (2000b), nos permitindo confrontar a partir de seus aspectos, que cognições são decisivas e orientam práticas de forma socialmente determinada (MOSCOVICI, 2007) em relação ao nosso objeto de pesquisa.

Quando compartilhamos as ruas e praças de nossas cidades, e construímos uma nova forma de se relacionar com a experiência do encontro, reconstruímos a nós mesmos. É a partir disso que pensamos poder compreender, de uma forma distinta, aspectos significativos da conjuntura política atual. A evocação de um termo como *black bloc* dentre os tantos que aqui compõem as representações das manifestações a partir de junho, trazem a reflexão sobre o que se entende como esse “grupo de mascarados”, distintos por sua aparência e sua ação direta – e que chamam tanta atenção da população em geral e também da grande mídia:

(...) estudantes de universidades particulares de médio ou baixo reconhecimento, trabalhadores, até estudantes de escolas públicas de regiões urbanas mais periféricas. Desde aqueles com um discurso definido e muito preciso, até meninos que não sabiam me explicar as causas de sua ação nem de suas reivindicações ou que adotavam as informações postadas em diversas páginas do *Facebook* como fonte de informação ideológica. Todos eles estavam na rua, de preto e de máscara (MANSO; NOVAES; SOLANO, 2014, p. 48).

Que evocações como “black-bloc”, assim como o “vandalismo” também presente no núcleo central das nossas representações sociais, surjam com tanto grau de importância, nos revela como circula na forma de dúvidas, questões mesmo entre os próprios manifestantes e militantes, os objetivos e significados de tais ações. Buscando e construindo ao mesmo tempo referências identitárias, correm o risco de se reconhecer a partir de um discurso outro (das mídias, de acadêmicos, dos analistas e debatedores em geral contra os quais de certa forma também lutam). As representações sociais do uso de máscaras estão sendo apropriada nas construções das lutas tanto quanto pela própria sociedade em seu diversos grupo. Obviamente, sofrem ainda muita pressão da mídia vulgarizadora, que criminaliza tal prática. Caricaturados pelos enunciados midiáticos, são postos em discussão apenas pelas representações a que interessam a essas corporações, em geral associadas a manutenção da ordem e do poder de Estado. Os militantes, assim, não estão isentos de acabar incorporando tais representações como características próprias do movimento. Há aí uma tensão interna de identidade, onde o risco é ser aquilo que não se reconhece. Sobre essa construção midiática de fenômenos sociais, Cecilia Coimbra nos diz:

O "rostro" midiático que unilateralmente simplifica, homogeneiza e, ao mesmo tempo que fragiliza, espetaculariza certos acontecimentos,

tornando-os "fora do comum", dramáticos e emocionantes: só assim serão dignos de se tornar notícias. Este "rosto" que está criando cotidianamente outros "rostos", como se fossem identidades fixas e cristalizadas, nos leva, de um modo geral, a tomar posições passivas e acomodadas, pois nos defrontamos - e é isso que nos querem fazer acreditar - com obstáculos considerados intransponíveis, porquanto produzidos como blocos petrificados, estáticos; seriam, portanto, impossíveis de transpor/mudar. Além da crença em uma natureza, em uma identidade própria e imanente aos objetos que se encontram no mundo, o "rosto" midiático também faz com que acreditemos que, por ser da essência dos seres, a imutabilidade, a unicidade, a constância, sua permanência neste mundo está garantida (COIMBRA, 2001, pg. 249)

Os *black blocs* seriam compostos por agrupamentos pontuais ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. Entretanto a expressão designa uma forma específica de ação direta, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras. Além da aparência desses manifestantes, seu discurso também chama atenção, uma vez que evidenciam como a violência é, antes, estratégia monopolizada e exercida pelos sistemas políticos. E quando tomam de assalto essa violência, é de forma performática com o objetivo de provocar reação social e institucional: “a violência é considerada por eles uma forma de expressão, de diálogo, com um poder silencioso e alheio, que não atende as reivindicações de forma pacífica” (MANSO; NOVAES e SOLANO, 2014, p. 78).

A associação imediata que se faz nos discursos entre os *black blocs*, o uso de máscaras e as práticas de vandalismo, é o que justifica em geral as ações repressoras e violentas por parte das polícias. E é aí, quando já falharam as outras estratégias mais sutis de controle social do dissenso, que nos reencontramos meio aos espetáculos de violência institucional, exercitado pelo Estado como direito sobre a vida e a morte (FOUCAULT, 2004).

Importante falar mais sobre esse signo: o vandalismo como atitude ou modo de expressão que teria como objetivo destruir uma determinada cultura e arte, bem como seu patrimônio, faz alusão ao povo Vândalo, acusados na história de serem invasores de territórios do Império Romano. Do ponto de vista da Roma dos Césares, grupos como esse eram considerados bárbaros, posto que não se enquadravam nas referências de desenvolvimento cultural do império. A versão romana, preservada ao longo do tempo, manteve a expressão ‘vândalo’ como um sinônimo de saqueador, destruidor e baderneiro. Podemos argumentar que, nas representações sociais que constroem tal compreensão, vemos a chamada dispersão da informação de que trata Celso Pereira Sá (1996) quando fala dos aspectos de consolidação de um objeto. A veiculação midiática e comunicacional e as defasagens qualitativas e quantitativas que a discussão sofre neste processo marca a emergência de uma compreensão assim, fazendo perceber como a ambiguidade de informação atravessa as representações sociais e não se manifesta da mesma forma em diferentes círculos. No Brasil, o termo vandalismo vinha relacionando-se à depredação de espaços e patrimônios, em especial os públicos, usada para qualificar ações como as pichações. Entretanto, após os eventos de junho, a palavra foi totalmente reintegrada ao nosso vocabulário, principalmente pelos seus usos intensivos nos noticiários, como descritora das ações nas ruas durante manifestações sociais.

E quando as expressões de luta pela construção de um novo sentido e espaço para o comum nas cidades sofrem da repressão das polícias, e têm sua representação criminalizada pelos meios de comunicação hegemônicos, vemos se dispor um complexo

aparato. Cria-se um inimigo, os inexplicavelmente onipresentes “vândalos”, e um discurso contra os “manifestantes infiltrados” que de repente torna qualquer um que estivesse com um pano sob o rosto durante a manifestação um perigoso criminoso. Tudo isso nos leva a uma nova importante reflexão aqui, que é reconhecer como a prática de reação do Estado e seu aparato estratégico se dá na identificação do mascarado sob o signo do crime, para perversamente se servir de um fenômeno social ainda mais complexo nas contradições do Brasil contemporâneo, que é a naturalização desta categoria do criminoso, tomada como justificativa suficiente para poder negar a alguns, seus direitos.

No caso das narrativas produzidas pelas questões abertas, analisadas através da AC, acessamos uma informação orientada a situações específicas e seu progresso, sensíveis a forma como acontecem, e que no instante de construção de categorias a partir de inferência e interpretação orientada para as respostas, nos permite deslocar de um aspecto individualizado de cada experiência para aquilo que se compartilha em relação a elas, avançando sobre o que estas têm de social. A AC nos traz uma reflexão interessante se comparada aos dados apresentados a partir da TRS, revelando também características como a identificação com as práticas, seu julgamento (o caráter afetivo que atravessa a prática), justificativas (entre a proteção e segurança tanto quanto anonimato), e confirma como ambos métodos acessaram uma produção coesa de dados em relação a pesquisa, por dois caminhos distintos, por mais que esse não fosse aqui um dos objetivos. Esses desenvolvimentos a partir de experiências pessoais e íntimas, que trata da forma como algo se implica e se aplica na vida cotidiana e que fogem a conceituação, não sendo tão generalizáveis - os chamados dados narrativo-episódicos (FLICK, 2009), quando destacados pelos aspectos que lhes são comuns através da construção de categorias, aproximam assim narrativas e evocações

As respostas analisadas através da AC e comparadas aos dados apresentados a partir da análise com a TRS, revelando características compartilhadas e coesão entre os dois diferentes métodos de produção de dados atendem, assim ao terceiro e quarto objetivos específicos dessa proposta de pesquisa, entendendo os dados de forma comparativa entre as diferentes evocações e as narrativas construídas com a análise de conteúdo, e identificando as relações entre as representações sociais e seu impacto nas discussões dos grupos associados a tais ações, através do reconhecimento destes aspectos narrativos relacionados com a experiência dos sujeitos entrevistados.

Se assumimos a partir da discussão metodológica as características da TRS, que se desdobram na produção de dados das evocações livres e respostas dissertativas, agora deparados através da técnica de triangulação com os dados produzidos pela presente pesquisa, dispomos de importantes elementos para discutir a questão através de sua justaposição (GONZALEZ REY, 2005, FLICK, 2009).

Surge assim a possibilidade de discutir de forma inteiramente nova, um aspecto específico das respostas produzidas a partir de nosso questionário, que talvez não pudessem ser vistos de forma isolada com a complexidade que se apresenta, não o dispuséssemos aqui a análise a partir destes dois tipos de dados. Se trata, na produção de evocações, do termo “anonimato”, que se destaca como núcleo central nas representações sociais do uso de máscaras em protesto, se diferenciando ainda de outros elementos importantes dessa representação, como “esconder” – também núcleo central – e “sem-identidade”. Tais evocações, semelhantes em sentido a uma primeira observação, podem se distinguir principalmente se pensadas na forma como orientam práticas específicas, como exploramos no tópico anterior em que apresentamos tais evocações. Entretanto, esta diferença por si só não nos fornece características suficientes para construir inferências sobre, em uma análise mais aprofundada.

Já nas questões abertas e narrativas, um aspecto que se associa de forma importante a questão do anonimato se faz presente e nos permite traçar um paralelo interessante, e talvez avançar aqui de forma mais precisa sobre a compreensão dessas importantes representações sociais, ganhando destaque quando associado a esse outro dado que nos diria muito pouco se fosse visto de forma isolada, apenas através da AC no qual se produziu. Se trata da categoria de respostas que destaca a construção de uma identidade coletiva. Esta categoria surge em proporção estatística pequenas tanto aos que assumem usar máscaras em protesto como para os que não se associam a tal prática, e seria talvez deixada à uma análise em segundo plano em nossas considerações, não trouxesse de forma interessante em paralelo, uma possibilidade de compreensão sobre o “anonimato” surgido nas evocações.

Associando essa discussão à triangulação, entendemos que é possível argumentar que o que aqui difere, enfim, o “anonimato” dos elementos “esconder” e “sem-identidade” nas evocações, ganhando coro nas respostas narrativas às questões abertas e seu debate posterior, pode ser justamente a busca por essa construção de identidade coletiva, que entende o uso de máscaras além da simples ocultação da identidade individual ou proteção física contra as adversidades de um protesto. Esse aspecto que surge na análise de conteúdo nos possibilita pensar o uso de máscaras como esse crepúsculo do indivíduo em favor da identidade grupal, onde ocultar o rosto é menos uma proteção dos signos individuais e pode ser mais um ato de construção de pertencimento e da partilha de outro signo, mais social.

Tal análise nos coloca enfim com possibilidade de refletir sobre o aspecto novo que se apresenta à nossa pesquisa, que é a resposta que as práticas do uso de máscaras e cobertura da fisionomia do rosto representam como finalidade mais complexa: a construção de um agente coletivo. Um “conjunto sem rosto que compartilha uma mesma forma de entender as ruas” (MANSO; NOVAES; SOLANO, 2014, p. 88). O rosto encoberto e anônimo, enfim, traz ainda essa outra potente experiência: a de não personificar lutas. Mascarados, todos os rostos são um só. Não emergem assim líderes carismáticos e porta-vozes dos movimentos. São máscaras que, enfim, mais revelam do que ocultam (MATTOSO, 2013).

Usar uma máscara não se trata, assim, tão somente de uma questão de ter algo a esconder, como nos fala Mattoso (2013), como se privacidade ou desconfiança fosse em si um crime. O anonimato garante também a livre manifestação de pensamento. O que nossa pesquisa permite então (em sua articulação com os dados produzidos pelas questões feitas e sua relação com as discussões teóricas as quais nos referenciamos) é refletir como, a partir de junho de 2013, o que surge no Brasil são os usos de máscara muito além apenas do que se quer ocultar, esconder ou proteger, e sim uma recusa ativa do rosto e da individualidade, em favor das singularidades não redutíveis a uma face, das multiplicidades de um corpo social criativo, múltiplo e anônimo. Vemos a partir disto, como as práticas políticas contemporâneas não se descolam de contextos amplos como a própria crise de representatividade que vive o país, esse modelo que extravasou (LIFSCHITZ, 2013), abrindo campo para novas formas de se fazer política, mais horizontais, autogeridas e enfim, mais libertárias. O uso de máscaras, pode ser visto como a confusão das identidades, e se as máscaras podem dissolve-las mesmo que por um instante, tudo o que restaria seria essa multiplicidade, um devir-revolucionário.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aqueles que possuem autoridade, temem a máscara pelo comprometimento do poder em identificar, rotular e catalogar: em saber quem você é. Nossas máscaras não servem para esconder ou ocultar a nossa identidade, mas para revelá-la. Hoje nós devemos dar um rosto a essa resistência; colocando nossas máscaras mostramos a nossa união; e levantando as nossas vozes nas ruas, nós botamos para fora toda a raiva contra os poderosos sem rosto.*  
Impressão em máscaras distribuídas no “Carnaval Anticapitalista” em Londres, 1999.

Junho parece introduzir, outra hora resgatar, nas redes e ruas brasileiras, novas formas de pensar e fazer a organização política (a forma da multidão) em torno das reivindicações populares (em especial, as pelo direito à cidade). A tópica inicial que moveu os primeiros protestos, o aumento das tarifas de passagem que começaram ainda em janeiro em Porto Alegre, para culminar nos aumentos de São Paulo e Rio de Janeiro em junho, revela as profundas raízes da busca por garantia desses direitos: uma redução da tarifa de passagem no transporte público carrega consigo a questão do direito que os cidadãos têm à liberdade de circulação pela cidade, e que vai além do direito de acumulação de capital ou ao direito de ir e vir, mas de desfrutar do espaço público como espaço comum. Quando a passagem de ônibus aumenta, é o próprio direito à cidade que se torna uma mercadoria. A forma de multidão passou assim se fazer presente na busca de garantia da extensão dessa pauta às ruas, e desde junho cresce dentro dos movimentos sociais uma demanda maior por horizontalidade. As manifestações se tornam mais espontâneas, surgidas através de demandas coletivas, de construção do comum, e não restritas à esquemas representativos, uma vez que sua potencialidade está na singularidade e ausência das lideranças, sem deixar de ser exercício potente.

Estamos face a uma nova configuração de lutas e reivindicações por direitos. De fato, não só em junho e movimentos subsequentes em território nacional, mas também em outros movimentos em caráter global, como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e os protestos na Praça Taksim em Istambul. A multidão e as manifestações não foram um fenômeno histórico temporal circunscrito àqueles dias de 2013, mas pelo contrário, implicam pautas e deixam um legado às novas formas de organização e os novos atores no cenário político nacional. A interação entre sujeitos e tecnologias digitais tem ainda papel importante na produção destes sistemas de comunicação baseados na auto-organização, em uma cooperação espontânea e de livre troca de conhecimento e informação, na emergência desta nova forma coletiva da multidão de Negri e Hardt (2005): cooperação de singularidades expressas na imanência em uma dimensão produtiva e incessante, explorada no conjunto, e uma potência que produz além da soma de suas singularidades, expandindo-se como a inteligência de um enxame, baseada nessa comunicação.

Multidões conectadas fizeram surgir nos últimos anos, manifestações, protestos, acampamentos e ocupações de espaços públicos, que se auto organizaram espontaneamente de forma horizontal, colaborativa, não hierárquica, não mediada por organizações sociais instituídas (partidos políticos, sindicatos, movimentos populares organizados, meios de comunicação, etc.). Produziram entre seus participantes, vínculos baseados em uma afinidade temporária de sentimentos e experimentando a construção de espaços, tempos, relações, modos de vida e performances alternativas as instituídas. Junho, nesse sentido, emergiu relacionando agenciamentos virtuais (embora não necessariamente produto exclusivo destes últimos) às teias que redefinem constantemente o mundo experienciado e os sujeitos que o experienciam, favorecendo a emergência de tendências específicas em torno das lutas pautadas. De seus desdobramentos, ficam aos movimentos e sujeitos a necessidade de reinventar formas de habitar coletivamente os

processos deflagrados desde então na cidade, na ação política, nos meios de comunicação, nas subjetividades e afetos, já que o direito à cidade não deve ser tido somente como direito de acesso ao que já existe, mas também o ativo direito de produzir uma cidade diferente:

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. (HARVEY, 2013, p. 59).

Esta cooperação que tem produzido e produz incessantemente campanhas sociais e políticas – dentro e fora das redes e articuladas por meio delas - em torno dos mais diversos temas, afetam grupos específicos ou sociedades inteiras: discussões e trocas de ideias que contribuem para o engajamento de inúmeras pessoas em causas coletivas, meios de comunicação colaborativos alternativos aos comerciais. Tanto no Brasil como na maioria dos outros países, a cooperação de singularidades em redes digitais parece ter gerado e estar gerando um movimento em direção à produção do comum, que toma como principal pauta a distância que está a gestão das cidades dessa incessante demanda.

Por ser potência instituinte de ideias, práticas, maneiras de estar no mundo e de vive-lo, a multidão possui uma criatividade inerente, produto da colaboração de suas singularidades, e essa criatividade parece, pelo menos em parte, ter se manifestado em algumas práticas (produção e divulgação colaborativas de informação sobre as manifestações; apropriação e ressignificação de espaços urbanos; etc.) postas em ato durante os protestos em várias partes do mundo. Mas até que ponto as subjetividades emersas nessas mobilizações manifestaram uma diferença e até onde reproduziram tendências dos dispositivos de subjetivação contemporâneos? Hardt e Negri apontam que a multiplicidade da multidão “não é apenas uma questão de ser diferente, mas também de um devir diferente. Um devir diferente daquilo que você é ” (HARDT e NEGRI, 2005, p.444). Nesse sentido, mesmo enquanto cooptados por forças várias, o potencial multitudinal ainda é instituinte uma vez que abala estruturas sociais cristalizadas com suas questões.

Nas manifestações de junho houve autêntico poder instituinte, característico da multidão, que independentemente dos desdobramentos futuros, mostrou sua potência. As instituições políticas, de direita e esquerda, escandalizaram-se acusando o movimento de falta de organicidade, pautas, lideranças, e atestaram que a falta de desdobramentos de suas pautas demonstrou que sua forma de organização não se sustenta. Entretanto, seus movimentos continuam, e mesmo que agora de forma difusa, nos centros e periferias, nas grandes e pequenas cidades, nas favelas e no asfalto, tem multiplicado reivindicações. A visível pluralidade de sujeitos, grupos, comunidades, movimentos (já existentes e organizados ou surgidos espontaneamente nas próprias ruas, não-hierárquicos e descentralizados) que engrossaram a onda de protestos em dezenas de cidades, sua enorme diversidade de origens sociais, aspirações e objetivos (de estudantes de classe média e jovens das periferias, de trabalhadores intelectuais a precários da economia terceirizada, de sem-teto a docentes universitários) permitem uma compreensão das manifestações como expressões de multidão, que Antônio Negri e Michael Hardt (2005) concebem como conceito de classe biopolítico.

Já as forças de Estado, que sustenta mesmo a violência explícita cotidianamente, fazendo uso de seu poder, transfere ao outro a sua infâmia e, no mesmo movimento, age para permanecer exatamente como tal (FOUCAULT, 1979, 1995). O Estado se protege no cotidiano da sociedade civil onde desconstrói particularidades e pode sempre acusar

nas suas teias burocráticas o erro humano, o desvio de conduta, a corrupção. No entanto as contradições desta ordem, por vezes, explodem em rebeldia e enfrentamentos. O Estado reprime e criminaliza essas dissidências, usando-se assim de leis como táticas de controle social, com a ordem jurídica penal a legitimar tais ações. A justificativa ideológica nos faz crer que a complexidade da sociedade contemporânea exige um grau de planejamento, técnica e procedimentos sem os quais seria impossível a vida em sociedade, nos lançando ao caos da guerra de todos contra todos. Entretanto, a ordem imposta sustenta desigualdades, e inevitavelmente transforma contradições em contradições inconciliáveis, criando formas de poder que consolidam sua necessidade.

As ruas e praças dos grandes centros urbanos, já há mais de quatro anos desde os acontecimentos de junho, são ainda espaços onde se luta, pelos quais se luta. O capital e seus operadores vêm encontrando nas insurreições e na multidão, uma ainda frágil, mas insistente resistência às lógicas de mercado que se estendem como reguladoras da experiência de encontros e relações sociais nas cidades contemporâneas. E, ainda às vésperas da conclusão deste texto, datas como a greve geral de 28 de março de 2017, antes do dia do trabalhador em luta contra as reformas da previdência social impostas como medida de austeridade pelo governo federal; dia 18 de maio de 2017 após o surgimento de áudios comprometedores do então presidente da república Michel Temer em negociações de propina; dia 24 de maio de 2017, em Brasília contra as reformas da previdência. e no Rio de Janeiro contra o aumento da alíquota paga sobre os salários à previdência; dia 08 de Junho, contra novo aumento de tarifas de passagem no município. Há e haverá ainda muitas outras datas, e em todas elas, lutas, e combate a repressão. E máscaras.

Por outro lado, hoje policiais sempre sem identificação pessoal realizam a cada ato, prisões arbitrárias nos protestos (para averiguação, usada sem qualquer desconforto); a justiça tenta enquadrar jovens sem relação entre si e sem participação em depredações, no crime de formação de quadrilha; 23 foram detidos, sob leis antiterroristas, e cujo crime teria sido tentar organizar uma manifestação contra a Copa do Mundo de futebol; a Lei de Segurança Nacional em São Paulo usada para enquadrar um casal que documentava a destruição após um protesto; a aprovação da Lei de Organização Criminosa, no âmbito federal, e da lei nº 6.528, de 11 de setembro de 2013 no Rio de Janeiro, proibindo o uso de máscaras nas manifestações; a expedição de mandados de busca e apreensão na casa de jovens, para averiguação de seus vínculos com *black blocs*, *Anonymous*, ou qualquer outro “grupo” que se utilize do subterfúgio do anonimato; a aprovação em 2016 e o uso pela primeira vez em 07 de abril de 2017 da nova lei antiterror brasileira, para condenar oito acusados de associação ao Estado Islâmico (grupo terrorista do Oriente Médio) às vésperas das Olimpíadas de 2016. Este cenário de ações do Estado evidencia as chamadas estratégias de governamentalidade de que nos fala Foucault (1979), usando-se dos dispositivos legais como táticas de controle social, que articuladas culminam por fim nas violentas repressões aos manifestantes, e coincidem também com a falta de compreensão da diversidade própria do princípio de liberdade de uma sociedade plural e complexa.

A violência nas manifestações vem sendo transformada em pretexto para o endurecimento da legislação penal e da atuação policial. Para Cava, “nessa tecnologia de poder, a verdade não pode libertar-se dos aparelhos de estado, de sua dor característica, e seu inquérito infinito” (CAVA, 2013, p.98). E o previsível apoio popular a medidas de exceção visando um “combate ao caos” nas cidades ignora que essas medidas somente aparentemente se destinam a momentos e a grupos específicos, sem que de fato possam atingir a qualquer um em determinado momento, bastando para isso que os representantes do Estado assim o desejem. É a legitimidade construída pelo Estado de que nos fala Foucault (1979), combinando com a repressão e o uso das leis, formas de apresentá-las

como legítima e sendo a posterior violência repressiva só eficaz quando envolvida por essas formas de legitimação.

O fato de alguns grupos dispostos a depredar e a praticar atos ilícitos em manifestações ser tomado como razão do manejo de um sistema de crises, que se utiliza de dispositivos legais retrógrados como a Lei de Segurança Nacional, associando as ações que pretendem coibir com ameaças à soberania ou regime vigente, nos remete à história recente com os anos de ditadura, e lembra o potencial do Estado, se desimpedido para tomar ações arbitrárias sobre a liberdades pública. Os papéis de resistência, desobediência civil e mesmo de protestos radicais, dentre as várias formas de exigir e garantir direitos, são importantes como meio de garantia da manutenção da justiça social, nesta percepção dos limites entre poder e violência.

A existência de ações usadas para criminalizar insurreições revela como as forças de situação instituídas (seja o Estado, o conservadorismo, e até mesmo o capital) atuam apaziguando ânimos para continuar distante da rebelião, cooptando o dissenso e criminalizando quaisquer formas que ajam fora dos limites que legitimam como ação política. Vigilância e repressão são ferramentas utilizadas de forma articulada, e são contra essas que os movimentos sociais travam cotidianamente suas lutas, pela possibilidade de fazer política fora das representações das legendas partidárias e de forma mais presente nas micropolíticas cotidianas, em bairros, comunidades, ruas e praças da cidade.

Com as pressões populares, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, encarregada de discutir no âmbito federal as leis de proibição, dirige-se agora em debate a projetos que aumentam a pena para crimes cometidos durante manifestações populares, com objetivo de conter atos de vandalismo e violência. Prevê-se a liberação do uso de máscaras, tornando seu uso um agravante em crimes. Há insurgências violentas. E, por mais que consideradas “erradas”, fora da lei, apresentam-se justamente como isto: um desacato usado como ação política. Logo, aplicar dispositivos legais restringindo a ação manifestante é se dirigir não sobre quem já se incorpora as manifestações para cometer delitos, estes já bem descritos no nosso código penal como as depredações. Seria por efeito da proibição do uso de máscaras, que delitos ocorreriam em menor escala, ou mesmo sem o uso delas? Outra pergunta surge ainda: Se pretendem só se manifestar, por que esconder o rosto? No sentido contrário poderíamos pensar também que, se pretendem apenas ‘garantir o direito pacífico a manifestação’, por que as polícias se apresentam para acompanhar tais eventos munidos de equipamentos cada vez mais intimidadores?

Estas questões, que talvez o tempo trate de dar respostas, ainda remete a uma outra, que buscaremos tentar responder aqui: a quem se dirige essas proibições? Podemos observar mediante toda discussão possível através dessa pesquisa, que mais que à sujeitos, estas proibições dirigem-se a práticas, e se aplicam diretamente sobre o uso das máscaras não só para a garantia de ocultação das identidades, mas sobre o uso da máscara como símbolo. Símbolo da emergência desse sujeito coletivo, de uma cultura rebelde, que se não pode ser ignorada, deve ser combatida pela manutenção da ordem. Nossos rostos, entretanto, não exprimem qualquer coisa além: são também máscaras! Pele social, superfície de relações (CAVA, 2013). Questões sobre a construção desse rosto como máscara social talvez sejam grandes possibilidades de pensar novas pesquisas futuras. A criminalização da máscara (que ganha ecos nas máscaras no Brasil, nas Burcas na França, entre outras) exalta a importância do rosto como parte da tática de controle social do dissenso, e merecem maiores investigações.

Entretanto a mesma máscara que dissimula e esconde, mostra ou revela. Se as identidades podem ser reconhecidas também como processo cooptado pelo Estado sobre o devir-revolucionário dos usos das máscaras, assegurando a instituição e operando na

transformação dos signos sobre o significante do rosto, é preciso reconhecer também como simbolizam a máscara como uma nova forma de protesto, Assim, de forma semelhante às depredações, tomadas como ações políticas contra símbolos do Estado ou do capitalismo, a proibição do uso de máscaras parece surgir como ação política de reação do Estado contra um dos símbolos das manifestações, contra esse “convite e passe” (LIFSCHITZ, 2013) que levou a ocupar às ruas das cidades tantas multiplicidades. Por sua própria potência, não admira a obsessão em se evitar este teatro político das ruas, e em criminalizar o uso de máscaras.

É certo que vivemos rico momento histórico, e as posturas autoritárias perante este representam grande risco à diversos direitos e garantias fundamentais e, por isso, devem ser questionadas por todos os que se implicam com a busca por uma sociedade mais justa. O ataque articulado ao direito de livre manifestação limita a capacidade de expressão. E não deve ser tomado como avanço democrático, como se quer fazer crer.

A multidão, como resposta, é um corpo não unificado, um conjunto de singularidades que age, cria e transforma. É um conceito, político e ontológico, de classe: a classe que se constitui nessa cooperação entre singularidades. Só há multidão quando ela se faz a si mesma, como ocorre desde junho no Brasil. A multiplicidade é retomada como uma diferença que se mantém por sua própria potência de expressão, desenhando novos modos de relação, novas formas de produção. Ela é composta de inúmeros elementos, cada um diferente dos outros, mas que encontram uma forma de se articular, se comunicam, colaboram, agem em e no comum. Tudo se dá entre ela e o comum, o lugar onde a diferença se encontra e se articula. Junho foi importante tanto para o amadurecimento político de distintos movimentos sociais urbanos, atores sociais e sujeitos coletivos, como para a reconstrução dos direitos de cidadania no Brasil, marcando, em definitivo, a emergência do direito à cidade e de novas formas de protagonismo cidadão na luta por uma cidade para todos e todas.

Junho nos colocou frente com multiplicidades de posicionamentos políticos e posturas éticas de viver e experimentar relações sociais, diversidades e diferenças expostas num movimento. Evidenciou contradições entorpecidas sobre uma superfície representativa de que tudo ia bem no nosso país. E toda tensão criada em torno desses dias de junho e dos movimentos que trouxe posteriormente nos revela como não convivemos tão pacificamente assim com essas diferenças. Os afetos em torno do comum criados naqueles dias permanecem em nossa lembrança, colocando na cena política brasileira esta nova forma autônoma de fazer política: dos espaços que criam aos instrumentos e às linguagens que utilizam, até as relações entre quem está atuando. Professores em greve, jovens que se recusam a pagar o aumento das passagens, alunos contra o fechamento de suas escolas, mulheres exibindo seus seios e jovens se beijando. Escudos, vinagres e máscaras. Estas são talvez as expressões mais contundentes e parciais das contradições de nossa sociedade.

O presente estudo abre novos caminhos para o entendimento das manifestações e suas várias configurações, assim como o direito à cidade, ao uso de máscaras e a formação de coletivos dispostos a reivindicar direitos. A psicossociologia se mostra profícua nesse entendimento e, apesar de não esgotarmos o tema, esperamos ter oferecido maior visibilidade e, com isso, motivar novas pesquisas nesse campo.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. Em: Jodelet, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 173-185, 2001.
- ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. Em: Moreira, A. S. P. e Oliveira, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora, pp. 27-38, 1998.
- ÁVILA, R. F. e MONTEIRO, R. C. Atravessando as Ruas da Cidade: Desejo, Poder e Manifestações Sociais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, pp.109-123, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009
- BOLLON, P. **A Moral das Máscaras: Marveilleux, Zazous, Dândis, punks, etc.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993
- CAMPOS, P. H. F, A Abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e Representações Sociais. Em: Campos, P. H. F. e Loureiro, M. C. S. (Org.) **Representações Sociais e Práticas Educativas**, Goiânia: Editora UCG, pp. 22-36, 2003.
- CAVA, B. **A Multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)**. São Paulo: Annablume, 2013,
- CORREA, M. D. Contra o Rosto. Em: Cava, B. Cocco, G. (Org.) **Amanhã Vai Ser Maior: O Levante da Multidão no Ano que Não Acabou**. São Paulo: Annablume, 2014
- COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001
- FLAMENT, C. A Estrutura das Representações Sociais. Em: Jodelet, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 155-172, 2001.
- FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 2009
- FLOOD, C. e GRINDON, G. **Disobedient Objects**, London: V&A Publishing, 2014.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. Em: Rabinow, P. e Dreyfus, H. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-250, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular - Pulsações políticas do desejo**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005
- HARDT, M. e NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARDT, M. Prefácio: Junho Maldito! Em Cava, B. Cocco, G. (Org.) **Amanhã Vai Ser Maior: O Levante da Multidão no Ano que Não Acabou**. São Paulo: Annablume, 2014.
- HARVEY, David. O Direito a Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, 2012.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. Em: Harvey, D.; Maricato, E.; Zizek, S. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. Em: Jodelet, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 17-44, 2001.
- LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 5ª Edição, 2011.
- LEI ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO nº 6.528, de 11 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1036049/lei-6528-13>> Acesso às 10:21 em 16/05/2014

LEI FEDERAL DO BRASIL n.º 13.260 de 15 de março de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm)>. Acesso às 16h20 em 15/03/2016

LIFSCHITZ, J. A. - Sobre as manifestações de junho e suas máscaras. Em **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 6, no 4, pp. 699-715, 2013

MANSO, B. P.; SOLANO, E.; NOVAES, W. **Mascarados – a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MATTOSO, J. **As máscaras. O rosto da vida e da morte**, 2013. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uplo>

MENDES, A. A ética do anonimato, a vida da filosofia e as máscaras do poder. Em: Cava, B. Cocco, G. (Org.) **Amanhã Vai Ser Maior: O Levante da Multidão no Ano que Não Acabou**. São Paulo: Annablume, pp. 245-254, 2014.

MOORE, Alan; LLOYD, David - **V de vingança**. São Paulo, Panini, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social** 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais. Em: Jodelet, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 45-65, 2001.

MOREIRA, A. S., CAMARGO, B. V. JESIÍNO, J. C. (Org.), **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2005

NAIFF, L. A. M., NAIFF, D. G. M., LOUBACK - **Representações sociais das cotas raciais em duas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro: um estudo comparativo**. Educação e Cultura Contemporânea, 1, pp. 18-30, 2013.

NEGRI, A. Para uma definição ontológica da Multidão. **Revista Lugar Comum** nº19-20, pp.15-26, 2004.

PORTO, M. S, G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Ano 4, n.8, pp.152-171, 2002.

PORTO, M. S. G. A Violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, v. 30 n. 1, 2015.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, C. P. **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. Trad. Sergio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1999.

VALA J. A Análise de Conteúdo. Em: Vala, J., Monteiro, M. B. **Psicologia Social**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, pp. 101-128, 2000a.

VALA J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em: Vala, J., Monteiro, M. B. **Psicologia Social**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, pp. 457-502, 2000b.

WIEVIORKA, M. O Novo Paradigma da Violência. **Tempo Social**, .9 n.1, maio 1997.

#### Filme

V de Vingança (V for Vendetta) - Direção: James McTeigue. Warner Bros Co. - 2006.